Jornal do Comércio

2º Caderno

Porto Alegre, sexta-feira e fim de semana, 20, 21 e 22 de março de 2026 - Nº 209 - Ano 93

PUBLICIDADE LEGAL

Prefeitura Municipal de Morrinhos do Sul

Retificação - Pregão Eletrônico Nº 81/2026

Proc. Adm. 81/2026: O Município torna público a seguinte retificação: ONDE SE LIA: Em todas as redações do edital, termo de referência e demais anexos, o prazo de entrega de 15 (quinze) dias. LEIA-SE: Em todas as redações do edital, termo de referência e demais anexos, o prazo de entrega de 30 (trinta) dias. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital. Morrinhos do Sul/RS, 19/03/2026. Marcos Venicios Evaldt da Silveira, Prefeito.

Prefeitura Municipal de Salvador das Missões

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
PROCESSO 026/2026

Objeto: Registro de Preços para aquisição equipamentos agrícolas (menor preço por item). Data da Sessão: 15/04/2026 às 9h, no https://bllcompras.com. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. Edital: <*www.salvadordasmissoes.rs.gov.br*>, a partir da data de sua publicação, prevista p/ 23/03/2026. Informações junto à Comissão Permanente de Licitações, (+55 55) 99177-7014 ou <*compras@salvadordasmissoes.rs.gov.br*>.

Salvador das Missões (RS), 20 de março de 2026.
VILSON JOSÉ SCHONS
Prefeito

Prefeitura Municipal de Salvador das Missões

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO 029/2026

Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar (menor preço por item). Data da Sessão: 01/04/2026 às 9h, no https://bllcompras.com. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. Edital: <*www.salvadordasmissoes.rs.gov.br*>, a partir da data de sua publicação, prevista p/ 20/03/2026. Informações junto à Comissão Permanente de Licitações, (+55 55) 99177-7014 ou <*compras@salvadordasmissoes.rs.gov.br*>.

Salvador das Missões (RS), 20 de março de 2026.
VILSON JOSÉ SCHONS
Prefeito

Prefeitura Municipal de Salvador das Missões

PREGÃO PRESENCIAL 001/2026
PROCESSO 025/2026

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, com fornecimento de material (menor preço global). Data da Sessão: 08/04/2026 às 9h, na Prefeitura, Av. Independência, 1.131. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. Edital: <*www.salvadordasmissoes.rs.gov.br*>, a partir da data de sua publicação, prevista p/ 20/03/2026. Informações junto à Comissão Permanente de Licitações, (+55 55) 99177-7014 ou <*compras@salvadordasmissoes.rs.gov.br*>.

Salvador das Missões (RS), 20 de março de 2026.
VILSON JOSÉ SCHONS
Prefeito

Prefeitura Municipal de Paraí

AVISO DE CREDENCIAMENTO

Chamamento Público/Credenciamento n° 0002/2026. Objeto: **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para realização de exames de diagnóstico por imagem, destinados aos pacientes da rede municipal de saúde de Paraí/RS.** Legislação: Lei Federal 14.133/2021. Credenciamento: a partir de 23/03/2026, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, na Prefeitura Municipal de Paraí (Av. Presidente Castelo Branco n° 1033, Centro). Edital e maiores informações no site www.parai.rs.gov.br ou pelo fone (54) 3477-1233, ou diretamente na Prefeitura Municipal de Paraí/RS.

Gilberto Zanotto, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE VALE REAL

EDITAL Nº 010/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 007/2026

Objeto: Contratação de empresa para serviços de arbitragem. Data e horário da sessão: 06/04/2026 - 09:00 horas. Local da Sessão Pública: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Valor estimado: R$ 73.765,50. Modo de Disputa: Aberto, art. 56 - I, da Lei 14.133/2021, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio eletrônico. Esclarecimentos: Diretamente pela plataforma de licitações Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.

MARCELO ANTÔNIO BETTEGA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos a retificação do edital, sendo alterado a descrição do produto e atualizado o valor de referência. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026:** Aquisição de Tablets para uso das Agentes de Saúde. ABERTURA: 06.04.2026. HORÁRIO: 08 horas.

O edital está disponível no site: www.arroiodomeiors.com.br, no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: licitacao@arroiodomeiors.com.br.

Arroio do Meio, 20 de março de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA

AVISO DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA – RS, comunica que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 058/2026, para seleção de Cozinheiro/Merendeira, Atendente de Educação Infantil e Professor de Língua Inglesa e para o Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 064/2026, para seleção de Agentes de Limpeza e Higienização. As inscrições serão recebidas de 23 a 27 de março de 2026, das 8h às 11h e das 13h30min às 17h, na Secretaria Municipal de Educação – Anexo Educacional, situada na Avenida 25 de Julho, nº 202, Centro, Serafina Corrêa, RS. Os Editais completos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.serafinacorrea.rs.gov.br. Para mais informações, entre em contato pelo telefone (54) 3444-8115 ou (54) 3444-9358. Serafina Corrêa, RS, 20 de março de 2026. **Daniel Morandi - Prefeito Municipal.**

COOPERATIVA HABITACIONAL LOTEAMENTO VIDA NOVA (COHAB VIDA NOVA)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Jaqueline de Castro, CPF nº 001.852.090-17, Coordenadora Administrativa da **COOPERATIVA HABITACIONAL LOTEAMENTO VIDA NOVA**, CNPJ nº 48.342.011/0001-86, nos termos do art. 11º, §1º e art. 21 do Estatuto Social, convoca os sócios para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos termos do art. 10 e seguintes do Estatuto, a ser realizada, respeitada a antecedência de 10 dias, no dia 30 de março de 2026, às 17h00min, em primeira chamada, com 2/3 (dois terços) dos sócios; às 18h00min, em segunda chamada, com pelo menos maioria absoluta dos sócios; e às 19h00min em terceira chamada, com ao menos 10 sócios. A assembleia será presencial, na sede da Rede Calábria - Núcleo Santa Dulce, localizada na Estrada do Rincão, nº 4060, bairro Belém Velho, Porto Alegre/RS.

Pautas:
1) Aclamação do resultado eleitoral;
2) Posse dos eleitos.

Porto Alegre, 19 de março de 2026.

Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho

Criada pela Lei Municipal 1674 em 06/05/88

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 1 9/2026

MARIA ALICE SCHMIDT TONETTO, Presidente da Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, Município de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, a Contratação de Fabrício da Cunha Santos, CPF nº 740.906.150-20, para apresentação de oficina de capoeira, roda de capoeira e apresentações no evento em comemoração a semana da capoeira. Perfazendo o valor da contratação de R$ 3.333,34 (Três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

Sala da Direção da Fundação Afif, 20 de março de 2026.
MÁRIA ALICE SCHMIDT TONETTO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL AFIF JORGE SIMÕES FILHO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 20/2026

MARIA ALICE SCHMIDT TONETTO, Presidente da Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, Município de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, a Contratação de Eduardo Brum Machado, CPF nº 541.254.560-20, para apresentação de oficina de capoeira, roda de capoeira e apresentações no evento em comemoração a semana da capoeira. Perfazendo o valor da contratação de R$ 3.333,33 (Três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Sala da Direção da Fundação Afif, 20 de março de 2026.
MÁRIA ALICE SCHMIDT TONETTO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL AFIF JORGE SIMÕES FILHO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 21/2026

MARIA ALICE SCHMIDT TONETTO, Presidente da Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, Município de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, a Contratação de Paulo César Ficagna, CPF nº 018.941.440-58, para apresentação de oficina de capoeira, roda de capoeira e apresentações no evento em comemoração a semana da capoeira. Perfazendo o valor da contratação de R$ 3.333,33 (Três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Sala da Direção da Fundação Afif, 20 de março de 2026.
MÁRIA ALICE SCHMIDT TONETTO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL AFIF JORGE SIMÕES FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI

AVISO DE EDITAIS: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de documentos de legitimação, de cartão de débito pré-pago, ao portador, denominado "CARTÃO CIDADÃO ITACURUBIENSE" por meio de cartões magnético/eletrônico, com chip e/ou tarja, com créditos estabelecidos pelo Município. Abertura dia **07/04/2026, às** 08:30h, Sessão eletrônica no site: https://bll.org.br/.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026. Objeto: Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de material de higiene e limpeza para uso das Secretarias Municipais. Abertura dia **08/04/2026**, **às** 08:30h, Sessão eletrônica no site: https://bll.org.br/.Editais e anexos no site: www.itacurubi.rs.gov.br

Gelso dos Santos Soares, Prefeito Municipal.

CARDOSO MARQUES S.A. - COMÉRCIO DE DERIVATIVOS DE PETRÓLEO

CNPJ/MF: N° 96.300.280/0001-22 - NIRE: 43300014070

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Cardoso Marques S.A. Comércio de Derivativos de Petróleo para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de março de 2026, às 14:30 horas em primeira convocação, e às 15:00 horas em segunda convocação, na sede social localizada na Rua Francisco José Lopes, nº 486, Bairro Pitangueiras, Santo Antônio da Patrulha/RS, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Extinção das filiais da Companhia situadas em: (i) Santo Antônio da Patrulha/RS (CNPJ 96.300.280/0003-94); (ii) Passo Fundo/RS (CNPJ 96.300.280/0005-56); (iii) Torres/RS (CNPJ 96.300.280/0002-03); e (iv) Osório/RS (CNPJ 96.300.280/0006-37); 2. Eleição, remuneração e posse da diretoria para o triênio 2026 a 2028; 3. Rerratificação do item "b" da Ordem do Dia da "Ata de Reunião de Diretoria n. 20", de 23/07/1974 (Arquivada sob nº 404327 em 08/04/1975); 4. Assuntos gerais.

Santo Antônio da Patrulha/RS, 20 de março de 2026.
Paulo Henrique Oliveira Marques – Diretor Presidente.

ASSOCIAÇÃO CARLOS BARBOSA DE FUTSAL – ACBF

ACBF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO CARLOS BARBOSA DE FUTSAL

O Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Carlos Barbosa de Futsal – ACBF, Sr. ILDO PALUDO, nos termos do Art. 23º, I, LETRA "a", do Estatuto Social, aprovado na data de 13 DE NOVEMBRO DE 2006, convoca os senhores conselheiros para **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada na data de 25 de março de 2026, às 18h, em primeira convocação, e às 18h30min, em segunda convocação, tendo por local a Sala de Reuniões da Sede Administrativa da ACBF, situada na Av. Presidente Kennedy, n.º 350, sala 03, Centro, Carlos Barbosa – RS, para tratar da seguinte **ordem do dia**:

a) Eleição e Posse do Presidente e Vice-Presidente da Diretoria Executiva para o exercício de 2026;
b) Assuntos gerais.

Carlos Barbosa, 21 de março de 2026.
Ildo Paludo
Presidente do Conselho Deliberativo

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº018/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2026

Objeto: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupo A, Grupo B e Grupo E da Secretaria Municipal de Saúde. Tipo de licitação: **Menor Valor Por Item. Data e horário da sessão: 07.04.2026 às 08:30 horas.** Íntegra do edital www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 20 de Março de 2026. **SILMAR DEMAMAN - Prefeito Municipal**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº019/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº008/2026

Objeto: SRP- Aquisição de Sistema Integrado de Ensino, contemplando materiais didáticos impressos (apostilas) para alunos e professores da EMEF Princesa Isabel do município de Alto Alegre/RS. Tipo de licitação: **Menor Valor Global. Data e horário da sessão: 09.04.2026 às 08:30 horas.** Íntegra do edital www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 20 de Março de 2026. **SILMAR DEMAMAN - Prefeito Municipal**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº015/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/20256

Objeto: **Contratação de empresa para execução de obra de passeios públicos em trechos das Rua Duque de Caxias e Avenida Julio de Castilhos no município de Alto Alegre/RS.** Tipo de licitação: Menor valor global. Data e horário da sessão: 14 de Abril de 2026, às 08:30 h. Íntegra do edital: www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br**.** Alto Alegre/RS, 20 de Março de 2026. **SILMAR DEMAMAN - Prefeito Municipal.**

Prefeitura Municipal de Salvador das Missões

CONCORRÊNCIA PÚBLICA
PRESENCIAL 005/2026 - PROCESSO 028/2026

Objeto: Contratação de empresa no ramo da construção civil para construção/edificação de obra de Pavimentação com pedras irregulares de basalto, assentados sobre leito de terra vermelha, com colocação de meio-fio de concreto, na Rua João Raimundo Bohn e Rua Cerro Azul – Área Industrial III, totalizando 7.245,58 m² (menor preço global). Data da Sessão: 10/04/2026 às 9h, na Prefeitura, Av. Independência, 1.131. Regime de Execução: Indireto por empreitada global. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. Edital: <*www.salvadordasmissoes.rs.gov.br*>, a partir da data de sua publicação, prevista p/ 23/03/2026. Informações junto à Comissão Permanente de Licitações, (+55 55) 99177-7014 ou <*compras@salvadordasmissoes.rs.gov.br*>.

Salvador das Missões (RS), 20 de março de 2026.
VILSON JOSÉ SCHONS, Prefeito

Prefeitura Municipal de São Jorge

AVISO DE SORTEIO PÚBLICO DE LEILOEIRO CREDENCIADO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE** torna público que realizará sessão pública para o sorteio de leiloeiro oficial, dentre os credenciados no Chamamento Público nº **002/2024**, para atuação futura em leilão de bens móveis inservíveis do Município de São Jorge. O Edital e o quadro atualizado dos leiloeiros oficiais credenciados poderão ser visualizados na página oficial do Município: https://www.saojorge.rs.gov.br/ **Início do Sorteio**: às 10hrs do dia 30/03/2026. **Local**: Secretaria Municipal de Administração do Município de São Jorge/RS.

São Jorge/RS, 19 de março de 2026.
Danilo Salvalaggio, Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Lic. 58/2026 Pregão Eletrônico 37/2026. Obj**.** Registro de preços para eventual e futura aquisição de tênis escolar para uniforme dos alunos do Pré ao 9º ano das Escolas Municipais, conforme especificações constantes do Termo de Referência do anexo I deste edital**.** Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 07/04/2026 , através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**

Lic. 59/2026 Concorrência Eletrônica 02/2026. Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de reforma do Centro de Convivência Irmã Dulce, sob Regime de Empreitada Global (materiais e mão de obra) conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e outros documentos técnicos que acompanham o edital. Recursos do piso gaúcho especial, Avançar mais SUAS 2025, Portaria 125/2025 do Estado do Rio Grande do Sul. Critério de Julgamento: Menor valor global. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 07/04/2026, através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**

Editais disponíveis na integra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CARAZINHO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital na forma estatutária, a Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Carazinho, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, todos os trabalhadores integrantes da categoria comerciária, que exerçam suas atividades nos Municípios de Almirante Tamandaré do Sul, Alto Alegre, Chapada, Campos Borges, Carazinho, Colorado, Coqueiros do Sul, Espumoso, Ibirapuitã, Lagoa Três Cantos, Lagoão, Não Me Toque, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Santo Antonio do Planalto, Selbach, Soledade, Tio Hugo, Tunas, Victor Graeff, que desempenhem atividades nas cidades antes mencionadas, a comparecerem na Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se: em Carazinho, no dia 24 de março de 2026, às 11:30 horas, em primeira convocação, e as 12:30 horas, em segunda e última convocação, na Rua Alexandre da Motta, 540, Centro, Carazinho/RS. O presente edital será fixado na sede do Sindicato e nas sub-sedes**.** A fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1-Conveniência ou não de firmar Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho para os anos 2026/2027 e 2027/2028, em benefício das categorias econômicas profissionais representadas por este Sindicato nos municípios da sua abrangência territorial; 2-Em caso positivo, discussão e aprovação da pauta de reivindicações; 3-Autorização para, em caso de malogro nas negociações, ajuizar ação de Dissídio Coletivo Originário e/ou revisão de Dissídio Coletivo, na forma disposta na Legislação em vigor e com referência as data base MAIO e JUNHO.; 4-Bases para o pedido amigável ou judicial; 5-Concessão de amplos poderes a Presidente do Sindicato, para em caso de malogro nas negociações, indicar mediador e/ou árbitro, aceitar ou rejeitar o mediador e/ou árbitro indicado pelo(s) suscitado(s), bem como solicitar mediação do Ministério do Trabalho; 6-Concessão de amplos poderes a Presidente do Sindicato para negociar com a(s)categoria(s) econômica(s) podendo aceitar ou rejeitar propostas, firmar acordo(s) ou convenção(ões), inclusive acordos aditivos, podendo ainda delegar poderes. 7-Autorização para o Sindicato dos Empregados no Comércio de Carazinho, ajuizar ações Coletivas ou individuais na condição de substituto processual, conforme dispositivo legal; 8-Autorização para o Sindicato dos Empregados no Comércio de Carazinho, negociar com a(s) categoria(s) econômica(s), ou ainda por empresa, PLR(Participação nos Lucros e Resultados) de acordo com o que determina a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, bem como instituir desconto negocial sobre os valores auferidos; 9-Discussão e deliberação sobre a proibição, ou não, do trabalho aos domingos e feriados; 10-Deliberação sobre a previsão, ou não, de desconto da contribuição negocial, assistencial e ou confederativa dos empregados sindicalizados ou não, em favor do Sindicato, conforme dispositivo constitucional e art. 513, da CLT, nos termos do recente entendimento firmado pelo STF no julgamento dos Embargos de Declaração em face do acórdão proferido no julgamento do ARE 1018459(Tema 935 de Repercussão Geral), publicado dia 19/09/2023: a) Discussão e deliberação sobre fixação de valor e época do recolhimento do desconto das referidas contribuições negociais, assistenciais e ou confederativas, assim como a fixação das penalidades para os casos de recolhimento em atraso; b) Discussão e definição de critérios para o exercício do direito de oposição pelos empregados em relação ao desconto das referidas contribuições. Alerta: ainda que esta instância tem poderes deliberativos e que as decisões tomadas em escrutíneo secreto ou pela deliberação da assembleia, atingirão todos os integrantes da categoria profissional, independente de comparecimento, associação e sindicalização, a decisão da assembléia geral vincula toda a categoria e seus integrantes.

Carazinho/RS, 20 de março de 2026.
Ivanete Telöken
Presidente

Audiência Pública

Você está convidado para a Audiência Pública da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Barra do Telha, empreendimento previsto para ser instalado do rio Ituim entre os municípios de Muitos Capões e Ipê/RS.

Neste encontro, serão apresentados o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – o EIA/RIMA do empreendimento.

É a sua oportunidade de conhecer o projeto e os estudos ambientais desenvolvidos, além de tirar dúvidas e fazer considerações.

Anote na agenda: 24 de março, às 17h, Salão Comunitário da Vila Ituim. Caso houver necessidade de transporte, contatar pelo **whatsapp (49) 34333334.**

Participe! Sua presença fortalece o diálogo, a transparência e a construção coletiva no município.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DA **CULTURA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2026

Nº Processo: 01512.000577/2025-71. Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços comuns de engenharia/arquitetura para execução de intervenção no imóvel tombado denominado Casa Giuseppe De Lucchi, localizado na Avenida Valdomiro Bocchese, n° 373, pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado/RS, localizada na Zona de Proteção Rigorosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no Edital e demais anexos. Total de Itens Licitados: 01. Edital: a partir de 19/03/2026 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Av. Independência, 867 - Bairro Independência - Porto Alegre, Independência - Porto Alegre/RS ou https://www.gov.br/compras. Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2026 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/04/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

MARCIA ROLIM SERAFINI
Pregoeira

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

O Município de SÃO FRANCISCO DE PAULA torna público que está procedendo a **ALTERAÇÃO DOS SEGUINTES PROCESSOS LICITATÓRIOS: Licitação nº 11/2026, Chamada Pública nº 01/2026 – Nova data de abertura: 16/04/2026, às 09h30min** – Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. A sessão será realizada no setor de licitações, endereço Avenida Benjamin Constant, nº 1441, São Francisco de Paula/RS. **Licitação nº 16/2026, Pregão Eletrônico nº 10/2026 – Nova data de abertura: 22/04/2026, às 09h30min** – Contratação de serviço de transporte escolar, destinado ao atendimento de alunos da rede municipal e da rede estadual de ensino da rede municipal e da rede estadual de ensino no Município de São Francisco de Paula/RS. **PUBLICAÇÃO DOS SEGUINTES PROCESSOS LICITATÓRIOS: Licitação nº 21/2026, Pregão Eletrônico nº 14/2026 – Data de abertura: 17/04/2026, às 09h30min** – Contratação de empresa especializada para a contratação de empresa especializada e tecnicamente capacitada para a prestação de serviços mensais de assessoria e consultoria técnica ambiental com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. **Licitação nº 07/2026, Pregão Eletrônico nº 04/2026 – Data de abertura: 14/04/2026** – Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção que compõem os Kits Casa, destinados ao atendimento das demandas do Setor de Habitação da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS. As sessões serão realizadas através do Portal de Compras Públicas, no link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações disponíveis no site: www.saofranciscodepaula.rs.gov.br. 20 de março de 2026. Thiago Carniel Teixeira, Prefeito.

Diesel sobe em média para R$ 7,17 por litro

O preço médio nacional do diesel chegou a R$ 7,17 por litro na segunda semana de março, puxado pelos efeitos da escalada do conflito entre Estados Unidos e Irã sobre o mercado internacional de petróleo.

A alta ocorreu mesmo após medidas anunciadas pelo governo federal para tentar conter o avanço do combustível. Dados do Monitor de Preços de Combustíveis da Veloe, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), indicam que o diesel era vendido, em média, a R$ 6,06 em 25 de fevereiro, no período pré-guerra.

Na primeira semana de março, passou a R$ 6,13, avançou para R$ 6,95 em 11 de março e atingiu R$ 7,17 entre 14 e 15 de março. No mesmo intervalo, gasolina e etanol também subiram, mas com variações menores.

A gasolina comum foi de R$ 6,37 a R$ 6,64, enquanto o etanol oscilou de R$ 4,74 para R$ 4,78.

Para André Turquetto, CEO da Veloe, o movimento reflete a maior sensibilidade do diesel às oscilações externas em momentos de tensão geopolítica.

"O diesel é um dos derivados mais impactados por movimentos do petróleo, especialmente em cenários de tensão geopolítica, como o atual conflito envolvendo os Estados Unidos e o Irã", afirmou.

cpfl transmissão

CPFL Transmissão S.A.

anteriormente denominada
(Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T)
CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Companhia Aberta
www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/; https://ri.cpfl.com.br; https://sistemas.cvm.gov.br; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Senhores e senhoras acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Transmissão S.A. ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da sua área de atuação e de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota Explicativa**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		58.676	126.651	92.641	182.133
Títulos e valores mobiliários		29.678	51.327	42.242	138.613
Concessionárias e permissionárias	5	128.481	116.538	137.527	128.027
Estoques		90.630	72.218	92.128	74.024
Dividendo e juros sobre o capital próprio		7.860	16.049	188	90
Imposto de renda e contribuição social a compensar		30.297	30.231	30.319	30.276
Outros tributos a compensar		28.240	15.723	29.041	17.908
Derivativos		–	92.573	–	92.573
Ativo contratual	6	708.983	615.045	839.082	736.273
Outros ativos		89.260	89.172	92.897	90.080
Total do circulante		**1.172.106**	**1.225.528**	**1.356.066**	**1.489.996**
Não circulante					
Depósitos judiciais		215.374	183.243	257.771	222.023
Outros tributos a compensar		–	–	2.033	1.190
Derivativos		89.069	23.297	89.069	23.297
Outros ativos		11.568	13.465	11.984	14.243
Investimentos	7	1.461.885	1.507.899	18.647	21.779
Imobilizado		172.982	144.690	174.012	144.743
Ativo contratual	6	5.288.981	4.526.268	6.701.099	5.892.253
Intangível		14.240	9.009	14.542	9.311
Total do não circulante		**7.254.099**	**6.407.870**	**7.269.157**	**6.328.836**
Total do ativo		**8.426.205**	**7.633.398**	**8.625.223**	**7.818.832**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota Explicativa**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Fornecedores		153.433	137.287	161.066	145.922
Empréstimos e financiamentos	8	–	515.566	1.811	517.241
Debêntures	9	43.841	29.767	43.841	29.767
Entidade de previdência privada	10	38.846	85.221	38.846	85.221
Imposto de renda e contribuição social a recolher		52.264	–	55.579	4.516
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		14.931	17.357	16.161	18.428
Dividendos		35.703	117.205	35.859	117.530
Outras contas a pagar		195.523	204.254	211.653	207.834
Total do circulante		**534.540**	**1.106.657**	**564.817**	**1.126.458**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	427	–	35.068	36.365
Debêntures	9	3.336.155	2.780.596	3.336.155	2.780.596
Entidade de previdência privada	10	392.701	303.209	392.701	303.209
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		–	–	2.464	4.181
Débitos fiscais diferidos		33.695	138.442	125.334	226.779
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11	513.935	370.682	542.287	395.465
Derivativos	29	73.030	68.424	73.030	68.424
Outras contas a pagar	19	44.434	40.305	49.582	45.336
Total do não circulante		**4.394.377**	**3.701.658**	**4.556.621**	**3.860.354**
Patrimônio líquido	12				
Capital social		2.707.070	1.577.763	2.707.070	1.577.763
Reserva de capital		584.536	517.341	584.536	517.341
Reserva de lucros		366.606	815.749	366.606	815.749
Dividendos		229.054	178.210	229.054	178.210
Resultado abrangente acumulado		(389.979)	(263.981)	(389.979)	(263.981)
		3.497.288	**2.825.082**	**3.497.288**	**2.825.082**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	6.498	6.937
Total do patrimônio líquido		**3.497.288**	**2.825.082**	**3.503.786**	**2.832.020**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.426.205**	**7.633.398**	**8.625.223**	**7.818.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	13	**1.894.486**	**1.895.415**	**2.106.957**	**2.065.572**
Custos com operação		(191.090)	(233.017)	(192.375)	(235.647)
Depreciação e amortização		(8.009)	(4.920)	(8.009)	(4.920)
Outros custos com operação		(183.081)	(228.097)	(184.366)	(230.727)
Custo com serviço prestado a terceiros		(797.766)	(711.821)	(807.457)	(698.379)
Lucro operacional bruto		**905.630**	**950.577**	**1.107.125**	**1.131.546**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		**(13.032)**	**(8.619)**	**(15.484)**	**(10.343)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(13.032)	(8.619)	(14.944)	(9.996)
Outras despesas com vendas		–	–	(539)	(347)
Despesas gerais e administrativas		(214.734)	(135.602)	(230.665)	(146.604)
Depreciação e amortização		(114)	(214)	(119)	(218)
Outras despesas gerais e administrativas		(214.620)	(135.388)	(230.546)	(146.386)
Outras despesas operacionais		7.775	11.765	7.719	11.831
Resultado do serviço		685.639	818.122	868.695	986.430
Resultado de participações societárias	7	187.014	177.194	5.104	7.022
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		36.734	50.142	54.704	75.456
Despesas financeiras		(530.025)	(366.495)	(535.004)	(370.665)
		(493.291)	**(316.352)**	**(480.299)**	**(295.209)**
Lucro antes dos tributos		**379.362**	**678.963**	**393.499**	**698.243**
Contribuição social		(16.513)	(43.318)	(20.741)	(48.815)
Imposto de renda		(44.823)	(119.306)	(54.033)	(131.569)
		(61.336)	**(162.624)**	**(74.775)**	**(180.384)**
Lucro líquido do exercício		**318.026**	**516.339**	**318.725**	**517.859**
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores				318.026	516.339
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				698	1.519
Lucro por ação - R$					
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$		11,94	33,48	11,94	33,58
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R$		151,79	33,48	151,79	33,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024
Lucro líquido do exercício	**318.026**	**516.339**
Outros resultados abrangentes	**(125.998)**	**338.014**
- Ganhos (Perdas) Atuariais	(125.865)	(341.903)
- Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(203)	(5.892)
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	69	2.003
Resultado abrangente do exercício	**192.028**	**854.353**

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**318.725**	**517.859**
Outros resultados abrangentes	**(125.998)**	**338.014**
- Ganhos (Perdas) Atuariais	(125.865)	341.903
- Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(203)	(5.892)
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	69	2.003
Resultado abrangente do exercício	**192.727**	**855.873**
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora	192.028	854.353
Atribuído ao Acionista Não Controlador	698	1.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes dos tributos	**379.362**	**678.963**	**393.499**	**698.243**
Ajustes:				
Depreciação e amortização	8.124	5.134	8.128	5.138
Ganho na baixa de não circulante	(6.280)	–	(6.295)	(116)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(187.014)	(177.194)	(5.104)	(7.022)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	126.171	20.299	128.911	21.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.032	8.619	14.944	9.996
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	462.260	367.913	462.105	366.760
Ativo Contratual	(694.123)	(763.431)	(863.108)	(904.128)
PIS e COFINS diferidos	–	–	1.608	(5.456)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	39.512	72.815	39.512	72.815
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais				
(Aumento) redução dos ativos:				
Concessionárias e Permissionárias	(24.975)	11.894	(24.305)	9.224
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	173.328	36.074	5.248	7.666
Tributos a recuperar	(12.626)	1.434	(12.062)	12
Adições do ativo de transmissão	(746.482)	(708.728)	(757.746)	(713.946)
Ativo Contratual	635.273	617.074	760.439	703.423
Depósitos judiciais	(23.226)	(2.505)	(23.437)	(2.887)
Outros ativos	(7.052)	(7.986)	(9.349)	(4.636)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	16.145	(7.539)	16.381	(17.098)
Obrigações fiscais	(2.377)	(66.133)	(3.923)	(70.742)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(122.260)	(90.058)	(122.260)	(90.058)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(37.959)	(10.769)	(38.456)	(11.126)
Taxas regulamentares	–	–	190	1.294
Outros passivos operacionais	(4.038)	(25.918)	8.201	(25.722)
	(156.249)	**(253.160)**	**(201.079)**	**(214.596)**
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(269.311)	(245.861)	(272.210)	(248.105)
IRPJ e CSLL pagos	(46.604)	(56.052)	(59.535)	(63.876)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**(331.120)**	**(341.955)**	**(358.624)**	**(268.599)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	–	–	–	35.520
Aumento de capital por incorporação	–	7.276	–	7.276
Redução de capital em subsidiárias	65.000	107.809	–	–
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(611.849)	(296.007)	(537.127)	(311.687)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	650.807	298.798	650.931	298.798
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(40.124)	(33.558)	(41.110)	(33.558)
Adições no Intangível	(5.242)	(3.866)	(5.234)	(3.866)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**58.592**	**80.452**	**(67.460)**	**(7.517)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento / (Redução) de Capital	–	–	–	(2.191)
Aumento de participação societária em investimentos já existente	1.129.307	–	1.129.307	
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(1.458.388)	(260.000)	(1.459.962)	(261.167)
Captação de Empréstimos e Debêntures	1.367.010	895.000	1.367.010	895.000
Liquidação de Operações com Derivativos	(35.550)	(48.934)	(35.550)	(48.934)
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital próprio	(797.826)	(461.508)	(799.133)	(498.752)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**204.553**	**124.558**	**201.672**	**83.956**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(67.975)	(136.945)	(89.492)	(192.161)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**126.651**	**263.595**	**182.133**	**374.296**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**58.676**	**126.650**	**92.641**	**182.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
1 - Receita	**2.091.040**	**2.122.668**	**2.326.643**	**2.304.639**
1.1 Receita Operacional Bruta	1.117.608	1.074.431	1.341.967	1.244.495
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	–	–	3.223	2.982
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	953.360	1.028.324	963.293	1.038.626
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.032)	(8.645)	(14.944)	(10.022)
1.5 Outras Receitas	33.104	28.558	33.104	28.558
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.030.617)**	**(861.948)**	**(1.062.358)**	**(873.125)**
2.1 Material	(9.990)	(10.236)	(14.526)	(15.980)
2.2 Serviços de Terceiros	(79.553)	(85.577)	(100.018)	(89.772)
2.3 Outros Custos Operacionais	–	–	–	(1.239)
2.4 Custo de Construção	(797.766)	(711.821)	(797.766)	(711.821)
2.5 Outras Despesas Operacionais	(143.308)	(54.314)	(150.048)	(54.313)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**1.060.423**	**1.260.720**	**1.264.285**	**1.431.514**
4 - Retenções	**(8.124)**	**(5.134)**	**(8.128)**	**(5.138)**
4.1 Depreciação e Amortização	(8.124)	(5.134)	(8.128)	(5.138)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**1.052.299**	**1.255.586**	**1.256.157**	**1.426.376**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**223.748**	**227.336**	**59.808**	**82.478**
6.1 Resultado de Participações Societárias	187.014	177.194	5.104	7.022
6.2 Receitas Financeiras	36.734	50.142	54.704	75.456
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**1.276.047**	**1.482.922**	**1.315.965**	**1.508.854**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	**149.857**	**187.318**	**150.327**	**187.651**
8.1.1 Remuneração Direta	70.307	68.805	70.677	69.073
8.1.2 Benefícios	71.409	110.357	71.508	110.422
8.1.3 FGTS	8.141	8.156	8.141	8.156
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**277.986**	**412.430**	**311.735**	**432.210**
8.2.1 Federais	273.178	409.763	306.925	429.351
8.2.2 Estaduais	643	645	643	645
8.2.3 Municipais	4.165	2.022	4.167	2.214
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**530.178**	**366.835**	**535.179**	**371.134**
8.3.1 Juros	530.025	366.495	534.936	370.626
8.3.2 Aluguéis e arrendamentos	153	340	243	508
8.4 Remuneração de capital próprio	**318.026**	**516.339**	**318.725**	**517.859**
8.4.1 Juros sobre Capital Próprio	–	17.097	–	17.097
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	304.586	289.131	304.586	289.131
8.4.3 Lucros Retidos	13.440	209.000	14.139	210.519
8.4.4 Incorporação do acervo	–	(11.964)	–	(11.964)
8.4.5 Reestruturação Societária	–	13.076	–	13.076
8.4.6 Lucros Acumulados	–	–	318.725	–
	1.276.047	**1.482.922**	**1.315.965**	**1.508.854**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →★

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucro: Reserva Lucro a Realizar	Reserva de Lucro: Reserva Legal	Reserva de Lucro: Reserva de Reforço de Capital de Giro	Dividendos	Lucros Acumulados	Resultado Abrangente Acumulado	Total	Participação dos Não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.577.763**	**517.341**	**318.601**	**142.780**	**354.367**	**178.210**	**–**	**(263.981)**	**2.825.082**	**6.938**	**2.832.020**
Resultado abrangente total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**318.026**	**(125.998)**	**192.028**	**698**	**192.726**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	318.026	–	318.026	698	318.724
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	(203)	(203)	–	(203)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	69	69	–	69
Ganhos (Perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–	(125.864)	(125.864)	–	(125.864)
Mutações internas do patrimônio líquido	**–**	**67.195**	**–**	**15.901**	**–**	**–**	**(15.901)**	**–**	**67.195**	**–**	**67.195**
Outras Movimentações	–	67.195	–	–	–	–	–	–	67.195	–	67.195
Constituição de reserva legal	–	–	–	15.901	–	–	(15.901)	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	**1.129.307**	**–**	**(110.676)**	**–**	**(354.367)**	**50.844**	**(302.125)**	**–**	**412.982**	**(1.138)**	**411.844**
Aprovação da proposta de dividendos	–	–	(110.676)	–	(354.367)	(178.210)	–	–	(643.254)	(982)	(644.236)
Dividendo Intermediário	–	–	–	–	–	–	(40.000)	–	(40.000)	–	(40.000)
Dividendos Prescritos	–	–	–	–	–	–	2.461	–	2.461	–	2.461
Aumento (Redução) de capital	1.129.307	–	–	–	–	–	–	–	1.129.307	–	1.129.307
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	229.054	(229.054)	–	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(35.531)	–	(35.531)	(156)	(35.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.707.070**	**584.536**	**207.925**	**158.681**	**–**	**229.054**	**–**	**(389.979)**	**3.497.288**	**6.498**	**3.503.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucro: Reserva Lucro a Realizar	Reserva de Lucro: Reserva Legal	Reserva de Lucro: Reserva Dividendos não Distribuídos	Dividendos	Lucros Acumulados	Resultado Abrangente Acumulado	Total	Participação dos Não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**981.343**	**(17.293)**	**109.601**	**142.780**	**354.367**	**368.008**	**–**	**(601.994)**	**1.336.812**	**9.050**	**1.345.862**
Resultado abrangente total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**516.339**	**338.014**	**854.353**	**1.519**	**855.872**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	516.339	–	516.339	1.519	517.858
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	(5.892)	(5.892)	–	(5.892)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	2.003	2.003	–	2.003
Ganhos (perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–	341.903	341.903	–	341.903
Mutações internas do patrimônio líquido	**–**	**–**	**209.000**	**–**	**–**	**–**	**(209.000)**	**–**	–	–	–
Constituição de reserva de lucro a realizar	–	–	209.000	–	–	–	(209.000)	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	**596.421**	**534.634**	**–**	**–**	**–**	**(189.798)**	**(307.339)**	**–**	**633.917**	**(3.631)**	**630.286**
Juros sobre capital próprio - AGE 27/02/2024	–	–	–	–	–	–	(17.097)	–	(17.097)	–	(17.097)
Incorporação do acervo	20.395	533.517	–	–	–	–	11.964	–	565.877	–	565.877
Reestruturação Societária	576.025	–	–	–	–	–	(13.076)	–	562.949	–	562.949
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	(368.008)	–	–	(368.008)	–	(368.008)
Dividendos Prescritos	–	–	–	–	–	–	3.632	–	3.632	–	3.632
Aumento (Redução) de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.190)	(2.190)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	–	1.117	–	–	–	–	–	–	1.117	(1.117)	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	178.210	(178.210)	–	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(114.553)	–	(114.553)	(324)	(114.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.577.763**	**517.341**	**318.601**	**142.780**	**354.367**	**178.210**	**–**	**(263.981)**	**2.825.082**	**6.938**	**2.832.020**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Transmissão S.A. ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas: **Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL:** Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 - RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042. **Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL:** Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. **Contrato de Concessão nº 04/2022 - ANEEL:** Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023. **Contrato de Concessão nº 03/2026 - ANEEL (aguardando assinatura e confirmação do regulatório):** Na qualidade de vencedora do Leilão de Transmissão nº 4/2025, a Companhia arrematou o Lote 3 e celebrou, em fevereiro de 2026, o Contrato de Concessão nº 03/2026 com a ANEEL, tendo por objeto a construção, operação e manutenção das SEs 525/138 kV Erechim, 230/69 kV Boa Vista do Buricá 2, 230/138 kV São Sebastião do Caí 2 e 230/138 kV Ivoti 2, incluindo seccionamentos e novos trechos de LTs no Estado do Rio Grande do Sul e a LT 230 kV Sarandi - Maringá no Estado do Paraná. A RAP vencedora do leilão foi de R$ 81.156, sendo o investimento (CAPEX) estimado pela ANEEL para o lote de R$ 1.069.085 e o início da operação comercial está previsto para fevereiro de 2030. A participação da Companhia no referido leilão está alinhada à estratégia de crescimento do Grupo CPFL, com propostas fundamentadas em disciplina financeira, sinergia com os ativos existentes e eficiência operacional na execução de projetos de infraestrutura. A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas: **CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba"):** controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba opera a concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão. **CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo"):** controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, transferida para Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. - RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. **CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. ("CPFL Maracanaú"):** controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV - 3 x 150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão. **CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I"):** controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I, opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km. **CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II"):** controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV- 3X83MVA, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV - 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros - Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osorio 3 - Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1- SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 - SE Porto Alegre 8. **Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. ("TESB"):** controlada com participação de 98,01%, a TESB opera as instalações de transmissão relacionadas ao lote A do Leilão de Transmissão ANEEL 008/2010, composto por de 5 linhas de transmissão e 4 subestações: (i) LT 230 KV de Porto Alegre 9 - Porto Alegre 8; (ii) de LT 230 KV de Porto Alegre 9 - Nova Santa Rita; (iii) LT 230 KV de Campo Bom Taquara; (iv) LT230 KV - Jardim Botânico FIC/ Porto Alegre 10 C-1 RS (v) 230 KV - Viamão 3; (vi) 230 KV Candelária 2; (vii) Restinga, LT 230 KV Restinga - Porto Alegre 13 e LT 230 KV Restinga - Viamão 3 e (viii) SE 230/69 KV Jardim Botânico 3º Transformador JBO. **1.1 Mudanças Climáticas:** Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025[1], reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030. Na publicação "Nossa jornada frente as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse. [1] Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025. **Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL:** O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação "Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas", e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente. Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193. **Iniciativas específicas:** Segmento de transmissão: Investimentos para modernização das subestações e linhas de transmissão, e avaliação de novas tecnologias e alternativas para mitigar os impactos dos eventos climáticos. Além do monitoramento remoto dos ativos via satélite, permitindo fazer previsões de curto prazo e monitoramento envolvendo incêndios, deslizamentos de terra, erosão, dentre outros. **Gestão de crises:** O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências. O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados. O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas. A governança de crises da CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e suas controladas ("CPFL Transmissão") também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 02 de março de 2026. **2.2 Base de mensuração:** As informações contábeis financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações contábeis financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 6 - Ativo contratual; (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 8 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 9 - Debêntures; (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 10 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 11 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos). Adicionalmente, a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pelo Grupo e suas controladas. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e a demonstração financeira individual e consolidada estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.4 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo está a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários. **2.5 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 7. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda, CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda, CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda, CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda, CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda e CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda são consolidadas de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegrense Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e outros investimentos são registradas pelo método de custo. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração conforme práticas IFRS.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Ativo Contratual da Concessão:** As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão. A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo. Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Oficio Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, o Grupo atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que: i. O Grupo atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a.. iii. O Grupo monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a. e 16% a.a.. **3.2 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego:** As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente. **3.3 Reconhecimento de receita:** A receita

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são: • Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras. • Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência. **3.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. - Ativo contratual: O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos até 360 dias	Vencidos > 360 dias	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
Circulante					
Concessionárias e permissionárias	163.303	1.823	3.500	168.626	144.228
	163.303	**1.823**	**3.500**	**168.626**	**144.228**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(31.099)	(16.201)
Total				**137.527**	**128.027**

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissionárias pela disponibilização do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), autorizados por meio das Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e pelos faturamentos dos contratos de conexão (CCT's) ao sistema de transmissão, firmados diretamente com os agentes cessantes. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2023	**(5.419)**	**(9.035)**	**(14.454)**
Reestruturação Societária	(103)	–	(103)
Provisão revertida (constituída) líquida	(10.679)	683	(9.996)
Saldo em 31/12/2024	**(16.201)**	**(8.352)**	**(24.553)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(14.898)	(46)	(14.944)
Saldo em 31/12/2025	**(31.099)**	**(8.398)**	**(39.497)**

6. ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como "Ativo Contratual" a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo. A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados. As movimentações para o período findo em 31 de dezembro e 2025 e 2024 são como seguem:

	Controladora					Consolidado						
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNI	Contrato 004/2021 Lote 6	Total	CPFL Piracicaba Contrato 003/2013	CPFL Morro Agudo Contrato 006/2015	CPFL Maracanaú Contrato 020/2018	CPFL Sul I Contrato 005/2019	CPFL Sul II Contrato 011/2019	TESB Contrato 001/2011	Total
Saldo em 31/12/2023	**111.833**	**1.565.788**	**2.478.645**	**153.168**	**4.309.434**	–	–	–	–	–	**283.293**	**4.592.727**
Reestruturação Societária	–	–	–	–	–	142.155	151.537	90.751	364.545	417.129	–	1.166.118
(+) Adições	–	–	1.026.059	2.266	1.028.324	–	–	338	2.170	2	2.750	1.033.584
(+) Remuneração	10.890	154.406	225.830	6.864	397.989	11.660	14.984	4.098	22.128	30.892	24.911	506.663
(+) Atualização Monetária	6.720	68.635	88.725	2.890	166.970	–	–	–	–	–	14.248	181.218
(-) Amortização	(18.748)	(388.166)	(200.548)	(9.612)	(617.074)	(10.394)	(12.410)	(3.300)	(17.615)	(23.304)	(19.327)	(703.423)
(+/-) Outros	227	(151.843)	(5.454)	12.740	(144.330)	1.009	–	(2.102)	(2.163)	7	(781)	(148.361)
Saldo em 31/12/2024	**110.922**	**1.248.820**	**3.613.257**	**168.316**	**5.141.313**	**144.429**	**154.111**	**89.786**	**369.065**	**424.727**	**305.094**	**6.628.526**
(+) Adições	–	–	953.086	274	953.360	–	–	4	615	1.571	9.074	964.624
(+) Remuneração	10.303	117.493	394.410	7.473	529.679	10.230	14.360	6.398	15.994	26.065	14.589	617.316
(+) Atualização Monetária	396	51.494	109.090	7.461	168.441	9.356	9.950	5.844	23.932	27.567	13.515	258.605
(–) Amortização	(19.458)	(342.295)	(262.569)	(10.952)	(635.273)	(14.583)	(16.843)	(7.966)	(24.705)	(33.544)	(27.525)	(760.439)
(+/–) Outros	(235)	(162.082)	3.531	(771)	(159.557)	(39)	(8.763)	(13)	(671)	(704)	1.296	(168.451)
Saldo em 31/12/2025	**101.928**	**913.430**	**4.810.805**	**171.801**	**5.997.964**	**149.393**	**152.815**	**94.053**	**384.230**	**445.682**	**316.043**	**7.540.181**
Circulante	**20.548**	**366.713**	**310.487**	**11.235**	**708.983**	**14.770**	**16.898**	**8.203**	**25.881**	**35.289**	**29.057**	**839.082**
Não Circulante	**81.380**	**546.717**	**4.500.318**	**160.566**	**5.288.981**	**134.623**	**135.917**	**85.850**	**358.349**	**410.393**	**286.986**	**6.701.099**

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2025/2026 está vigente desde 1º de julho de 2025 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.481/2025 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R$ 298.032, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R$ 745.275, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R$ 44), (ii) nº 080/2002, é de R$ 22.863 e PA de (R$678); e (iii) nº 004/2021 é de R$ 11.635 e PA de R$ (678). Para os contratos das controladas, no ciclo 2025/2026 as RAPs vigentes são: (i) Contrato 001/2011 da controlada TESB é de R$ 48.318 e PA de (R$ 4.218); (ii) Contrato 003/2013 da CPFL Transmissão Piracicaba é de R$ 17.527 e PA de (R$ 383). (iii) Contrato 006/2015 da CPFL Transmissão Morro Agudo é de R$ 19.740 e PA de (R$ 214); (iv) Contrato 020/2018 da CPFL Transmissão Maracanaú é de R$ 11.558 e PA de (R$ 130); (v) Contrato 005/2019 da CPFL Transmissão Sul I é de R$ 37.787 e PA de (R$ 1.297); e (vi) Contrato 011/2019 da CPFL Transmissão Sul II é de R$ 48.540 (R$ 2.313).

7. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participações societárias permanente				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.461.885	1.505.010	18.647	18.890
Avaliadas pelo método de custo	–	2.889	–	2.889
Total	**1.461.885**	**1.507.899**	**18.647**	**21.779**

7.1 Movimentação dos investimentos:

Investimentos	Investimento em 31/12/2024	Redução Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Investimento em 31/12/2025
Controladas					
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda.	138.970	–	18.412	(15.472)	141.910
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda.	147.450	–	16.237	(18.913)	144.774
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda.	51.560	–	9.957	(3.362)	58.155
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda.	398.752	(65.000)	47.311	(18.000)	363.063
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda.	407.982	–	55.628	(48.008)	415.602
Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda.	341.406	–	34.366	(56.039)	319.733
Coligadas					
Empresa de Transmissão do Auto Uruguai - ETAU.	13.401	–	4.747	(4.962)	13.187
Transmissora Porto Alegrense - TPAE.	5.489	–	356	(385)	5.460
	1.505.010	**(65.000)**	**187.015**	**(165.139)**	**1.461.885**

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pós-Fixado						
IPCA	38.455	(1.571)	2.842	–	(2.883)	36.843
Gastos com captação(*)	(416)	–	26	–	–	(390)
Total a custo	**38.039**	**(1.571)**	**2.868**	**–**	**(2.883)**	**36.453**
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	523.332	(458.388)	19.269	(61.729)	(22.484)	–
Marcação a mercado	(7.766)	–	8.193	–	–	427
Total a valor justo	**515.566**	**(458.388)**	**27.462**	**(61.729)**	**(22.484)**	**427**
Total	**553.605**	**(459.959)**	**30.330**	**(61.729)**	**(25.367)**	**36.880**
Circulante	**517.240**					**1.811**
Não Circulante	**36.365**					**35.068**

(*) Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

9. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.272.235	583.000	(1.000.000)	116.243	(116.356)	855.122
IPCA	–	500.000	–	28.818	(17.080)	511.738
Gastos com captação(*)	(2.120)	(15.991)	–	1.168	–	(16.943)
Total ao custo	**1.270.115**	**1.067.009**	**(1.000.000)**	**146.228**	**(133.436)**	**1.349.917**
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.679.699	300.000	–	211.823	(113.365)	2.078.157
Marcação a mercado	(139.451)	–	–	91.373	–	(48.078)
Total ao valor justo	**1.540.248**	**300.000**	**–**	**303.196**	**(113.365)**	**2.030.079**
Total	**2.810.363**	**1.367.009**	**(1.000.000)**	**449.424**	**(246.801)**	**3.379.996**
Circulante	**29.767**					**43.841**
Não circulante	**2.780.596**					**3.336.155**

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

10. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	**205.510**	**3.405**	**538.661**	**747.577**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.239	313	49.264	72.816
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(34.767)	–	(54.980)	(89.747)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	–	–	(31.307)	(31.307)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(89.050)	(294)	(209.219)	(298.563)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.539	–	7.871	24.410
Efeito *risk sharing*	(15.925)	–	(20.520)	(36.445)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(309)	–	(309)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	**105.546**	**3.115**	**279.770**	**388.430**
Circulante				**85.222**
Não circulante				**303.209**

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	**105.546**	**3.115**	**279.770**	**388.430**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	10.288	345	28.884	39.517
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(38.875)	–	(82.330)	(121.205)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	51.654	967	139.850	192.471
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(40.668)	–	(107.854)	(148.522)
Efeito *risk sharing*	57.018	–	24.897	81.915
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(1.060)	–	(1.060)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2025	**144.963**	**3.367**	**283.217**	**431.547**
Circulante				**38.846**
Não Circulante				**392.701**

11. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	435.134	212.537	336.476	181.001
Cíveis	98.242	1.930	46.040	1.441
Fiscais	8.911	1.334	12.949	1.274
Regulatórios	–	41.970	–	38.306
Total	**542.287**	**257.771**	**395.465**	**222.022**

11.1 Movimentação da provisão para contingências:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	336.476	85.869	(4.165)	(35.816)	52.771	435.135
Cíveis	46.040	49.389	(1.075)	(1.360)	5.247	98.242
Fiscais	12.949	32	(3.228)	(1.281)	439	8.910
Total	**395.465**	**135.291**	**(8.468)**	**(38.456)**	**58.457**	**542.287**

Perdas possíveis: Os riscos de perda possível são das mesmas naturezas descritas acima. A Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a existência de fatos ou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que apoiam a tese da empresa, muito embora ainda não consolidados. Por não haver, ainda, tendência firme nas decisões dos tribunais, nenhuma provisão foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	2025	2024	Principais Causas
Trabalhistas	198.133	166.243	Diferença salarial ou de proventos, horas extras
Cíveis	143.051	129.753	Ações indenizatórias, revisão de contratos
Fiscais	28.570	–	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	53.574	694	IPTU, PIS e COFINS
Total	**423.328**	**296.690**	

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2025						31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL Energia	6.609.576	51	–	–	6.609.576	–	–	–
CPFL Brasil	6.350.377	49	9.071.967	100	15.422.344	100	15.422.344	100
Total	**12.959.953**	**100**	**9.071.967**	**100**	**22.031.920**	**100**	**15.422.344**	**100**

12.1 Destinação do lucro líquido do exercício: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do ano fiscal	**318.026**
Dividendos Prescritos	(15.091)
Incorporação do acervo	2.461
Lucro líquido considerado para destinação	**304.585**
Dividendos mínimo Obrigatório	(35.531)
Reserva de lucro a realizar	(40.000)
Dividendo Adicional Proposto	(229.054)

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Receita Operacional	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	541.063	480.805	712.338	608.473
Receita de Operação e Manutenção	576.545	593.625	628.055	645.095
Receita com construção da infraestrutura	953.360	1.028.324	963.293	1.031.306
Outras Receitas	15.951	20.170	7.851	11.947
Total da receita operacional bruta	**2.086.919**	**2.122.925**	**2.311.537**	**2.296.821**

	Controladora		Consolidado	
Deduções da receita operacional	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
PIS/COFINS	(111.160)	(114.728)	(119.580)	(114.476)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(54.180)	(77.313)	(54.180)	(77.328)
Encargos Setoriais	(22.629)	(30.744)	(25.676)	(33.302)
Outras deduções	(4.464)	(4.725)	(5.144)	(6.143)
	(192.433)	**(227.510)**	**(204.580)**	**(231.249)**
Receita operacional líquida	**1.894.486**	**1.895.415**	**2.106.957**	**2.065.572**

Diretoria

FU LI
Diretor Presidente e Diretor interino Financeiro e de Relações com Investidores

CELSO GUIMARÃES FILHO
Diretor de Operações

JOSÉ ALEXANDRE ALMEIDA SERRA
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

ROBERTO SARTORI
Presidente

FU LI

BRUNO AUGUSTO PEREIRA ROVEA
Conselheiros

FUTAO HUANG

Contabilidade

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP 321353/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/; https://ri.cpfl.com.br; https://sistemas.cvm.gov.br; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Companhia Aberta

www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/
- https:// ri.cpfl.com.br
- https://sistemas.cvm.gov.br
- https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 2025, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,2 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 4,4% em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente das classes industrial e comercial, que registraram quedas de 34,5% e de 15,0%, compensando parcialmente, pelo crescimento de 2,7% nas vendas para a classe residencial.

Finalmente, a Administração da RGE Sul agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		327.373	153.619
Títulos e valores mobiliários		42.455	378.737
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	1.731.846	1.418.429
Imposto de renda e contribuição social a compensar		90.711	222
Outros tributos a compensar		153.940	147.174
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	6	609.168	609.168
Derivativos		3.807	290.740
Ativo financeiro setorial	7	762.092	393.443
Estoques		24.923	32.282
Outros ativos		503.696	320.942
Total do circulante		**4.250.009**	**3.744.756**
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	25.059	52.294
Depósitos judiciais	14	60.915	66.933
Imposto de renda e contribuição social a compensar		45.513	113.086
Outros tributos a compensar		181.076	171.324
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	6	614.014	1.082.439
Ativo financeiro setorial	7	653.774	337.522
Derivativos		215.426	117.509
Ativo financeiro da concessão	8	12.734.234	10.927.569
Outros ativos		18.028	16.883
Ativo contratual	9	1.747.572	1.327.049
Intangível	10	1.133.446	1.580.352
Total do não circulante		**17.429.056**	**15.792.960**
Total do ativo		**21.679.066**	**19.537.716**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores		1.113.453	970.629
Empréstimos e financiamentos	11	1.361.449	1.308.175
Debêntures	12	66.657	139.515
Entidade de previdência privada	13	3	–
Taxas regulamentares		21.320	8.790
Imposto de renda e contribuição social a recolher		135.317	–
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		143.342	89.058
Mútuo com partes relacionadas		4.013	–
Dividendo e juros sobre o capital próprio		317.273	137.310
Obrigações estimadas com pessoal		52.667	47.106
Derivativos		16.022	346
Passivo financeiro setorial	7	348.334	150.540
PIS/COFINS devolução consumidores	6	324.400	324.400
Outras contas a pagar		578.456	531.024
Total do circulante		**4.482.706**	**3.706.893**
Não circulante			
Fornecedores		231.473	233.910
Empréstimos e financiamentos	11	2.655.028	3.174.619
Debêntures	12	4.834.369	4.342.564
Entidade de previdência privada	13	15.947	1.139
Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.036	6.627
Débitos fiscais diferidos		853.123	714.026
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	297.010	270.707
Mútuo com partes relacionadas		668.390	–
Derivativos		30.201	51.465
Passivo financeiro setorial	7	271.434	197.964
PIS/COFINS devolução consumidores	6	770.306	1.240.684
Outras contas a pagar		114.262	139.677
Total do não circulante		**10.748.580**	**10.373.383**
Patrimônio líquido	**15**		
Capital social		2.874.962	2.864.105
Reserva de capital		130.535	141.391
Reserva legal		458.569	391.775
Reserva de lucros a realizar		1.194.822	922.910
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		1.846.090	1.166.182
Resultado abrangente acumulado		(57.197)	(28.924)
Total do patrimônio líquido		**6.447.780**	**5.457.440**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**21.679.066**	**19.537.716**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	**16**	**12.352.016**	**11.021.946**
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	**17**	**(5.779.896)**	**(5.153.927)**
Custo com operação		**(1.088.833)**	**(1.020.110)**
Amortização		(512.414)	(459.958)
Outros custos com operação		(576.418)	(560.152)
Custo do serviço prestado a terceiros		**(2.016.663)**	**(1.748.320)**
Lucro operacional bruto		**3.466.624**	**3.099.589**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		**(298.236)**	**(328.238)**
Amortização		(7.617)	(6.834)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(80.416)	(111.540)
Outras despesas com vendas		(210.203)	(209.864)
Despesas gerais e administrativas		**(474.624)**	**(427.468)**
Amortização		(24.107)	(27.225)
Outras despesas gerais e administrativas		(450.517)	(400.243)
Outras despesas operacionais		**(160.520)**	**(176.111)**
Amortização do intangível da concessão		(52.099)	(52.099)
Outras despesas operacionais		(108.420)	(124.012)
Resultado do serviço		**2.533.244**	**2.167.772**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		611.423	336.546
Despesas financeiras		(1.260.128)	(1.111.425)
		(648.706)	**(774.879)**
Lucro antes dos tributos		**1.884.538**	**1.392.893**
Contribuição social		(147.111)	(117.242)
Imposto de renda		(401.542)	(326.136)
		(548.653)	**(443.377)**
Lucro líquido do exercício		**1.335.886**	**949.516**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$		1.187,00	843,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**1.335.886**	**949.516**
Outros resultados abrangentes	**(28.273)**	**36.083**
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(28.003)	37.261
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(270)	(1.178)
Resultado abrangente do exercício	**1.307.613**	**985.599**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros: Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.853.248**	**152.248**	**344.299**	**643.574**	**768.989**	**6.027**	**(65.007)**	**–**	**4.703.378**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	949.516	949.516
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	37.261	–	37.261
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(1.178)	–	(1.178)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	47.476	–	–	–	–	(47.476)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	279.336	–	–	–	(279.336)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	–	397.194	–	–	(397.194)	–
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	–	–	–	–	–	(6.027)	–	–	(6.027)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(77.810)	(77.810)
Juros sobre o capital próprio - AGE 28/03/2024 e AGE 30/09/2024	–	–	–	–	–	–	–	(147.700)	(147.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.864.105**	**141.391**	**391.775**	**922.910**	**1.166.182**	**–**	**(28.924)**	**–**	**5.457.440**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.335.886	1.335.886
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(28.003)	–	(28.003)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(270)	–	(270)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	66.794	–	–	–	–	(66.794)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	271.911	–	–	–	(271.911)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	–	679.908	–	–	(679.908)	–
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(317.273)	(317.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.874.962**	**130.535**	**458.569**	**1.194.822**	**1.846.090**	**–**	**(57.197)**	**–**	**6.447.780**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos	**1.884.538**	**1.392.893**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	596.237	546.116
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	136.904	115.503
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.416	111.540
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	454.501	394.468
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	(4.126)	650
Perda (ganho) na baixa de não circulante	104.655	120.370
	3.253.125	**2.681.540**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(373.626)	(28.515)
Tributos a compensar	547.953	333.814
Depósitos judiciais	9.821	21.577
Ativo financeiro setorial	(375.146)	(485.682)
Contas a receber - CDE	(110.329)	(42.189)
Outros ativos operacionais	36.027	189.153
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	140.386	61.847
Outros tributos e contribuições sociais	53.463	42.329
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(9.066)	(8.675)
Taxas regulamentares	12.530	(17.045)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(152.994)	(110.150)
Passivo financeiro setorial	(533.807)	(522.766)
Contas a pagar - CDE	–	(18.351)
Outros passivos operacionais	94.303	(62.271)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**2.592.640**	**2.034.616**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(519.906)	(465.442)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(273.277)	(257.006)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**1.799.457**	**1.312.168**
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(4.495.773)	(3.965.001)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	4.786.225	3.679.340
Adições de ativo contratual	(2.013.267)	(1.758.037)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(1.722.815)**	**(2.043.698)**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	2.135.992	2.596.647
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.546.891)	(1.532.050)
Liquidação de operações com derivativos	(14.681)	(130.156)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(137.310)	(339.144)
Captação de mútuo com partes relacionadas	660.000	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**97.110**	**595.298**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**173.752**	**(136.232)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**153.619**	**289.851**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**327.373**	**153.619**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
1 - Receita	**17.827.737**	**15.827.824**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	15.892.855	14.192.111
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	2.015.297	1.747.252
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(80.416)	(111.540)
2 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(9.311.663)**	**(8.342.780)**
2.1 Custo com energia elétrica	(6.451.673)	(5.740.123)
2.2 Material	(1.162.454)	(1.002.486)
2.3 Serviços de terceiros	(1.265.988)	(1.116.718)
2.4 Outros	(431.549)	(483.453)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**8.516.074**	**7.485.043**
4 - Retenções	**(598.995)**	**(549.700)**
4.1 Amortização	(546.896)	(497.601)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**7.917.079**	**6.935.343**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**635.437**	**342.985**
6.1 Receitas financeiras	635.437	342.985
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**8.552.515**	**7.278.328**

	2025	2024
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	**499.795**	**493.133**
8.1.1 Remuneração direta	296.434	286.339
8.1.2 Benefícios	180.453	185.600
8.1.3 F.G.T.S	22.909	21.195
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**5.412.011**	**4.676.419**
8.2.1 Federais	3.224.714	2.674.515
8.2.2 Estaduais	2.185.448	2.000.019
8.2.3 Municipais	1.850	1.886
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**1.304.823**	**1.159.260**
8.3.1 Juros	1.279.615	1.126.816
8.3.2 Aluguéis	25.209	32.444
8.4 Remuneração de capital próprio	**1.335.886**	**949.516**
8.4.1 Juros sobre capital próprio	–	147.700
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	317.273	77.810
8.4.3 Lucros retidos	1.018.613	724.006
	8.552.515	**7.278.328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período. A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,2 milhões de consumidores. **1.1 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil:** Em março de 2025, a ANEEL aprovou, em reunião pública da diretoria, o requerimento da Companhia para a celebração de novo Termo Aditivo ao seu Contrato de Concessão, considerando a minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517/2025, com o objetivo de promover a prorrogação antecipada da concessão por mais 30 (trinta) anos, a partir de 06 de novembro de 2027. Com a aprovação, o processo foi encaminhado pela ANEEL ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O MME, por sua vez, submeteu o processo à análise do Tribunal de Contas da União ("TCU'). Após a avaliação, caberá ao MME a decisão final e, posteriormente, a assinatura do novo termo aditivo, conforme os prazos estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024. **1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL:** O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação "Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas", e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente. Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193. **Iniciativas específicas:** A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia. **Gestão de crises:** O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências. O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados. O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas. A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 3 de março de 2026. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias; • Nota 7 – Ativo e passivo financeiro setorial; • Débitos fiscais diferidos; • Nota 8 – Ativo financeiro da concessão; • Outros ativos; • Nota 10 – Intangível; • Nota 11 – Empréstimos e financiamentos; • Nota 12 – Debêntures; • Nota 13 – Entidade de previdência privada; • Imposto de renda e contribuição social a recolher; • Nota 14 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e; • Instrumentos Financeiros - derivativos. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 16). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.2 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.3 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.4 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.5 Ativo e passivo financeiro setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou para os instrumentos financeiros o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

		Vencidos		Total	
Circulante	**Saldos vincendos**	**até 90 dias**	**> 90 dias**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Classes de consumidores					
Residencial	458.666	215.850	39.761	714.277	614.212
Industrial	25.846	17.797	23.128	66.771	72.207
Comercial	85.690	34.254	43.456	163.400	144.878
Rural	67.006	20.519	16.355	103.880	91.735
Poder público	28.556	2.676	4.311	35.543	29.648
Iluminação pública	26.049	1.075	725	27.849	26.120
Serviço público	7.525	2.117	267	9.910	14.769
Faturado	**699.338**	**294.287**	**128.005**	**1.121.629**	**993.568**
Não faturado	562.313	–	–	562.313	403.704
Parcelamento de débito de consumidores	35.724	15.195	24.425	75.344	88.497
Operações realizadas na CCEE	65.031	–	–	65.031	25.272
Concessionárias e permissionárias	18.004	–	–	18.004	16.658
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(1.865)	–	–	(1.865)	(1.948)
Outros	460	–	–	460	434
	1.379.005	**309.482**	**152.430**	**1.840.916**	**1.526.185**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(109.071)	(107.756)
Total				**1.731.846**	**1.418.429**
Não circulante					
Precatórios	5.492	–	–	5.492	23.671
Parcelamento de débito de consumidores	19.567	–	–	19.567	28.624
Total	**25.059**	**–**	**–**	**25.059**	**52.294**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"): A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2024	**(107.756)**	**(17.083)**	**(124.839)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(142.979)	7.028	(135.951)
Recuperação de receita	55.535	–	55.535
Baixa de contas a receber provisionadas	86.130	1.150	87.280
Saldo em 31/12/2025	**(109.071)**	**(8.905)**	**(117.976)**

6. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE PIS E COFINS

Ativo	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante		
PIS sobre ICMS	108.662	108.662
COFINS sobre ICMS	500.505	500.505
Total circulante	**609.168**	**609.168**
Não circulante		
PIS sobre ICMS	109.527	193.084
COFINS sobre ICMS	504.487	889.355
Total não circulante	**614.014**	**1.082.439**
Passivo	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	324.400	324.400
Total circulante	**324.400**	**324.400**
Não circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	770.306	1.240.684
Total não circulante	**770.306**	**1.240.684**

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" e RGE "Processo judicial n° 5003290-12-2017.4.04.7107"), o montante total até dezembro de 2025 de ativos de tributos a compensar é de R$ 1.223.182 e do passivo com consumidores é de R$ 1.094.706. Para a RGE Sul "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$ 437.293 (R$ 807.646 em 31 de dezembro de 2024). Sendo que, entre julho de 2021 e dezembro de 2025 já foram compensados R$ 2.214.278. Em relação ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 422.750, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 (R$ 228.800), junho 2022 (R$ 657.746), junho 2023 (R$ 887.749), junho 2024 (R$ 75.526) e junho 2025 (R$ 383.359) (nota 9) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R$ 2.233.180. Ainda em 2021, tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal ("STF") que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo", no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R$ 739.273 (R$ 755.750 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), "Processo judicial n° 5003290-12-2017.4.04.7107. Em abril de 2024 a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida "Processo judicial n° 5003290-12-2017.4.04.7107, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de março de 2012). Em junho de 2024, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, em agosto de 2024 as compensações foram iniciadas. Em relação ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 671.956, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2024 (R$ 116.014) e junho 2025 (R$ 181.039) (nota 9) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R$ 297.053. Ainda em relação ao "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" os registros contábeis de ativos de tributos a compensar atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$ 785.889, sendo que, entre agosto de 2024 e dezembro de 2025 já foram compensados R$ 217.111. Ainda sobre o processo, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R$ 199.115 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário. Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL n° 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores. Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) n° 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei n° 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indébitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição. Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF. Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2024			Receita operacional (nota 16)		Resultado financeiro		Recebimento	Saldo em 31/12/2025		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Devolução aos consumidores	CDE Eletrobras	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	**216.522**	**(22.225)**	**194.297**	**14.699**	**57.772**	**22.849**	–	**(8.286)**	**318.460**	**(37.129)**	**281.331**
CVA (*)											
CDE (**)	(27.054)	(14.248)	(41.303)	175.433	6.064	3.849	–	(8.286)	134.972	785	135.758
Custos energia elétrica	22.369	(249.743)	(227.374)	(43.256)	308.005	679	–	–	85.984	(47.930)	38.055
ESS e EER (***)	58.438	18.965	77.403	(23.995)	(42.554)	7.417	–	–	(8.589)	26.860	18.272
Proinfa	–	(3.920)	(3.920)	16.144	(4.723)	1.736	–	–	–	9.237	9.237
Rede básica	71.149	161.458	232.607	53.474	(205.132)	12.382	–	–	66.152	27.178	93.331
Repasse de Itaipu	43.185	(72.156)	(28.971)	(10.572)	83.570	1.234	–	–	49.578	(4.317)	45.261
Transporte de Itaipu	(2.797)	24.025	21.227	4.066	(19.140)	(548)	–	–	11.120	(5.514)	5.606
Neutralidade dos encargos setoriais	47.632	13.893	61.525	(100.386)	18.610	(2.454)	–	–	8.610	(31.315)	(22.705)
Sobrecontratação	12.496	99.503	111.999	(37.603)	(86.929)	(1.447)	–	–	(1.864)	(12.115)	(13.979)
Bandeira Tarifária faturada	(8.896)	–	(8.896)	(18.607)	–	–	–	–	(27.503)	–	(27.503)
Outros componentes financeiros	**369.170**	**(181.005)**	**188.164**	**403.133**	**441.634**	**144.676**	**(662.841)**	**–**	**857.258**	**(342.492)**	**514.767**
Devolução do crédito de PIS/COFINS	(80.461)	(94.280)	(174.741)	(77.996)	462.437	–	(564.398)	–	–	(354.698)	(354.698)
Ultrap. Dem. e Exced. Reativos	(145.274)	(74.747)	(220.020)	(69.102)	21.437	(25.772)	–	–	(240.148)	(53.310)	(293.458)
Geração distribuída	–	–	–	–	50.138	–	(98.442)	–	–	(48.305)	(48.305)
Postergação RTA 2024	668.905	–	668.905	623.434	(177.276)	180.187	–	–	1.111.174	184.076	1.295.250
Outros	(74.001)	(11.978)	(85.980)	(73.203)	84.899	(9.739)	–	–	(13.768)	(70.255)	(84.023)
Total	**585.692**	**(203.230)**	**382.461**	**417.832**	**499.407**	**167.524**	**(662.841)**	**(8.286)**	**1.175.719**	**(379.621)**	**796.098**
Ativo circulante			393.443								762.092
Ativo não circulante			337.522								653.774
Passivo circulante			(150.540)								(348.334)
Passivo não circulante			(197.964)								(271.434)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"
(**) Conta de desenvolvimento energético
(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

8. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2024	**10.927.569**
Transferência - ativo contratual	1.458.964
Transferência - ativo intangível	(6.118)
Ajuste ao valor justo	469.006
Baixas	(115.187)
Saldo em 31/12/2025	**12.734.234**

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo.

9. ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2024	**1.327.049**
Adições	2.037.449
Transferência - Intangível em serviço	(157.962)
Transferência - Ativo financeiro	(1.458.964)
Saldo em 31/12/2025	**1.747.572**

10. INTANGÍVEL

	Direito de concessão			
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2024	**149.584**	**1.429.599**	**1.168**	**1.580.352**
Custo histórico	1.923.048	5.602.588	42.704	7.568.340
Amortização acumulada	(1.773.465)	(4.172.988)	(41.536)	(5.987.988)
Amortização	(52.099)	(540.639)	(767)	(593.504)
Transferência - ativo contratual	–	157.962	–	157.962
Transferência - ativo financeiro	–	6.118	–	6.118
Baixa e transferência - outros ativos	–	(17.481)	–	(17.481)
Saldo em 31/12/2025	**97.484**	**1.035.560**	**402**	**1.133.446**
Custo histórico	1.923.048	5.604.466	42.704	7.570.219
Amortização acumulada	(1.825.564)	(4.568.906)	(42.302)	(6.436.773)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	–	170.849	–	3.562	–	–	174.411
Pós Fixado							
IPCA	2.153.907	–	(132.185)	170.339	–	(43.023)	2.149.038
Selic	304.902	404.000	(69.630)	100.427	–	(38.703)	700.996
Gastos com captação	(16.552)	(7.574)	–	8.135	–	–	(15.991)
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	364.696	171.123	(39.352)	28.688	–	(9.841)	515.314
Marcação a mercado	(66.622)	–	–	14.271	–	–	(52.351)
Total moeda nacional	**2.740.331**	**738.398**	**(241.168)**	**325.422**	**–**	**(91.567)**	**3.471.416**
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.362.949	–	(1.056.553)	22.078	(118.581)	(29.166)	180.727
Iene	414.698	–	–	3.508	(44.055)	(3.650)	370.501
Marcação a mercado	(35.184)	–	–	29.017	–	–	(6.167)
Total moeda estrangeira	**1.742.462**	**–**	**(1.056.553)**	**54.604**	**(162.635)**	**(32.816)**	**545.061**
Total	**4.482.794**	**738.398**	**(1.297.721)**	**380.025**	**(162.635)**	**(124.383)**	**4.016.477**
Circulante	**1.308.175**						**1.361.449**
Não circulante	**3.174.619**						**2.655.028**

12. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	2.172.168	–	(1.090.000)	219.077	(218.214)	1.083.031
IPCA	–	1.441.000	–	70.230	(37.234)	1.473.996
Gastos com captação	(3.712)	(43.406)	–	4.150	–	(42.968)
Total ao custo	**2.168.456**	**1.397.594**	**(1.090.000)**	**293.457**	**(255.448)**	**2.514.059**
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	2.537.466	–	(159.170)	256.341	(140.075)	2.494.562
Marcação a mercado	(223.843)	–	–	116.249	–	(107.594)
Total ao valor justo	**2.313.623**	**–**	**(159.170)**	**372.590**	**(140.075)**	**2.386.968**
Total	**4.482.079**	**1.397.594**	**(1.249.170)**	**666.047**	**(395.523)**	**4.901.026**
Circulante	**139.515**					**66.657**
Não circulante	**4.342.564**					**4.834.369**

13. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo: **Características: "Plano 1" (Plano Único da incorporada)**: Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos 36 salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e **"Plano 2" (Plano Único da incorporadora)**: Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

	31/12/2025	
	Plano 1	*Plano 2*
Passivo atuarial líquido no início do exercício	**–**	**1.139**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(2.497)	(1.629)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.518)	(6.551)
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	–	(555)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	18.002	17.442
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.553	6.101
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(16.540)	–
Passivo atuarial líquido em 31/12/2025	**–**	**15.947**
Outras contribuições	–	3
Passivo atuarial líquido no final do exercício	**–**	**15.950**
Circulante		3
Não circulante		15.947

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	105.122	19.907	88.843	24.449
Cíveis	94.654	8.816	85.959	11.846
Fiscais	14.731	32.192	18.380	30.639
Regulatórios	82.504	–	77.525	–
Total	**297.010**	**60.915**	**270.707**	**66.933**

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	88.843	33.864	(6.603)	(22.298)	11.315	105.122
Cíveis	85.959	80.302	(11.099)	(82.161)	21.653	94.654
Fiscais	18.380	10.604	(2.374)	(13.302)	1.423	14.731
Regulatórios	77.525	30.159	(7.446)	(35.232)	17.499	82.504
Total	**270.707**	**154.928**	**(27.522)**	**(152.994)**	**51.890**	**297.010**

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024	Principais causas
Trabalhistas	317.316	271.246	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	962.284	994.374	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação de faixa de domínio
Fiscais	1.180.039	1.204.407	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	682.313	653.899	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	38.483	147.457	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	**3.180.434**	**3.271.383**	

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01%	1.001.751	89,01%
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99%	123.676	10,99%
Total	**1.125.427**	**100,00%**	**1.125.427**	**100,00%**

Destinação do lucro líquido do exercício: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido base para destinação	**1.335.886**
Reserva legal	(66.794)
Reserva de lucros a realizar	(271.911)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(679.908)
Dividendo mínimo obrigatório	(317.273)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R$ 679.908 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R$ 271.911, referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão. O montante remanescente de R$ 66.794 foi destinado à constituição da reserva legal, e R$ 317.273 foi proposto como dividendo mínimo obrigatório.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R$ mil	
Receita de operações com energia elétrica	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Classe de consumidores						
Residencial	2.735.595	2.686.710	6.388	6.219	6.311.231	5.718.108
Industrial	19.011	19.452	555	847	543.109	740.775
Comercial	177.860	179.616	1.364	1.605	1.467.632	1.551.592
Rural	216.050	219.847	1.197	1.175	933.459	882.270
Poderes públicos	24.974	24.282	404	398	392.527	360.908
Iluminação pública	708	650	492	522	285.816	272.780
Serviço público	4.311	4.099	117	199	114.433	172.457
Fornecimento faturado	**3.178.509**	**3.134.656**	**10.516**	**10.965**	**10.048.207**	**9.698.890**
Consumo próprio	235	233	6	6	–	–
Fornecimento não faturado (líquido)	–	–	–	–	134.582	(189.004)
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(5.982.696)	(5.676.469)
Fornecimento de energia elétrica	**3.178.744**	**3.134.889**	**10.522**	**10.972**	**4.200.093**	**3.833.417**
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			79	115	142.347	165.368
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			–	–	(113.824)	(123.817)
Energia elétrica de curto prazo			1.447	836	295.263	103.133
Suprimento de energia elétrica			**1.526**	**951**	**323.786**	**144.684**
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					6.096.520	5.800.286
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					2.333.821	1.951.078
(–) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(50.366)	(64.433)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					2.015.297	1.747.252
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 7)					917.239	1.059.693
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 8)					411.987	423.237
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					1.242.664	862.062
Outras receitas e rendas					417.112	182.087
Outras receitas operacionais					**13.384.274**	**11.961.262**
Total da receita operacional bruta					**17.908.153**	**15.939.363**
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.180.858)	(1.995.773)
PIS					(215.203)	(190.303)
COFINS					(991.272)	(880.205)
ISS					(196)	(195)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.928.696)	(1.566.141)
Programa de P&D e eficiência energética					(99.838)	(89.156)
PROINFA					(86.071)	(72.542)
Bandeiras tarifárias e outros					–	(2.462)
Outros					(54.002)	(120.640)
					(5.556.136)	**(4.917.417)**
Receita operacional líquida					**12.352.016**	**11.021.946**

Reajuste Tarifário Anual ("RTA"): Em 18 de junho de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") Nº 3.473, relativo ao Reajuste Tarifário Anual - RTA, com efeito médio total a ser percebido pelos consumidores de 12,39%. Em 18 de junho de 2024, a ANEEL prorrogou, a pedido da Companhia, a vigência das Tarifas de Energia – TE e das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, definidas na Revisão Tarifária de junho de 2023, pelo período de 19 de junho a 18 de agosto de 2024, conforme Resolução Homologatória ("REH") nº 3.335. Essa prorrogação foi necessária para que a Companhia busque alternativa para mitigar o impacto tarifário aos consumidores neste ano. Em 23 de julho de 2024, a ANEEL aprovou, a pedido da Companhia e da ABRADEE, cálculo excepcional de recomposição dos efeitos de eventuais prorrogações e diferimentos tarifários aplicáveis às distribuidoras atingidas pelos eventos climáticos extremos no Estado do Rio Grande do Sul, discutido no âmbito da Consulta Pública nº 15/2024 e consubstanciado no Despacho nº 2.133/2024, possibilitando à Companhia buscar alternativa factível para a mitigação do impacto tarifário a seus consumidores.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	3.100	3.192	(699.550)	(732.267)
PROINFA	235	251	(129.217)	(109.529)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.029	10.565	(3.568.519)	(2.830.538)
Crédito de PIS e COFINS	–	–	395.679	322.387
Subtotal	**14.364**	**14.007**	**(4.001.606)**	**(3.349.947)**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			(1.402.751)	(1.372.992)
Encargos de transporte de Itaipu			(107.288)	(117.451)
Encargos de conexão			(202.227)	(188.089)
Encargos de uso do sistema de distribuição			(7.398)	(7.399)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			33.368	(50.110)
Encargos de energia de reserva - EER			(273.248)	(251.812)
Crédito de PIS e COFINS			181.254	183.873
Subtotal			**(1.778.290)**	**(1.803.980)**
Total			**(5.779.896)**	**(5.153.927)**

(*) Conta de energia de reserva

Conselho de Administração

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

LI ZHANG
Conselheiro

LINO LUZ ZANCHI
Conselheiro

Diretoria

RICARDO DALAN DE VARGAS
Diretor Presidente

KEDI WANG
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

ROLANDS SARETTA MENEZES
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

LI ZHANG
Diretor Executivo

CHENG CHEN
Diretor Executivo

Contabilidade

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6 S-RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil da RGE Sul foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 4 de março de 2026, sem ressalvas. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida.

CNPJ N° 88.447.032/0001-80
NIRE 43300007766
Em Recuperação Judicial

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Aos Acionistas da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – MOTRISA - Porto Alegre/RS

Prezados (as) Senhores (as): Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados. Agradecemos o apoio recebido de V.Sas., de nossos parceiros de negócios, clientes e fornecedores durante o exercício que ora encerra-se, colocando-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Porto Alegre/RS, 10 de março de 2026. A Diretoria André Reinaldo-Diretor Superintendente Marco Aurélio Sobral Furtado-Diretor Executivo

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

A T I V O	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.098.991,39	20.524.189,69
Contas a receber de clientes	5	8.750.845,01	11.959.892,75
Estoques	6	20.484.671,59	12.450.246,74
Impostos e contribuições a recuperar	7	23.419.446,29	27.587.224,71
Impostos e contribuições antecipados	8	9.250.351,51	4.006.597,25
Outras contas a receber		1.376.254,97	1.376.254,97
Despesas antecipadas/adiantamentos		3.983.213,89	2.072.260,92
		74.363.774,65	**79.976.667,03**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	56.786.132,79	55.341.450,29
Impostos e contribuições a recuperar	7	125.222.590,43	126.409.123,51
Imóveis à venda	10	6.793.173,71	6.793.173,71
Depósitos judiciais	11	4.439.732,48	3.018.169,90
Partes relacionadas - controlada	12	246.684,80	241.240,76
		193.488.314,21	**191.803.158,17**
Investimentos	**13**	**4.897,00**	**4.897,00**
Imobilizados	**14**	**18.595.279,65**	**19.594.877,01**
Intangíveis	**15**	**9.318,61**	**11.659,09**
		18.609.495,26	**19.611.433,10**
Total do ativo		**286.461.584,12**	**291.391.258,30**

P A S S I V O	Notas	2025	2024
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	16	23.582.808,91	23.582.808,91
Fornecedores	17	21.933.632,01	21.668.851,56
Obrigações sociais e trabalhistas		902.275,18	863.698,47
Impostos e contribuições a recolher	18	8.713.207,24	15.420.316,92
Outras contas a pagar	19	2.404.945,39	2.841.611,41
		57.536.868,73	**64.377.287,27**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	16	84.442.157,63	89.251.105,07
Impostos e contribuições a recolher	18	76.100.748,22	54.847.881,29
Provisões para contigências	20	1.740.974,46	1.761.961,26
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	21.765.774,36	18.051.058,16
Outras contas a pagar	19	21.481.902,45	22.139.377,18
Acionistas / Pessoas Físicas	21	151.017,14	151.017,14
		205.682.574,26	**186.202.400,10**
Patrimônio líquido	**22**		
Capital social	22.a	44.000.000,00	44.000.000,00
Reservas de reavaliação	22.b	1.772.970,93	1.809.151,87
Reservas de lucros	22.ci	-	-
Prejuízos acumulados	22.iv	(22.530.829,80)	(4.997.580,94)
		23.242.141,13	**40.811.570,93**
Total do passivo e patrimônio líquido		**286.461.584,12**	**291.391.258,30**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	24	**89.310.879,78**	**107.870.451,32**
Custos dos produtos vendidos		**(70.106.889,99)**	**(91.450.694,21)**
Lucro bruto		**19.203.989,79**	**16.419.757,11**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	25	(12.952.961,62)	(13.359.488,59)
Despesas administrativas	25	(11.002.058,56)	(11.780.993,73)
Honorários da administração	25	(2.115.000,00)	(2.280.000,00)
Despesas tributárias		(1.834.489,99)	(2.426.855,31)
Outras receitas, líquido	26	525.646,12	2.343.368,88
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		**(8.174.874,26)**	**(11.084.211,64)**
Receitas financeiras líquidas	27	(7.124.521,84)	(19.485.973,67)
Resultado antes do IR e da contribuição social		**(15.299.396,10)**	**(30.570.185,31)**
IR e contribuição social diferido	9.a e 9.b	(2.270.033,70)	4.428.613,74
Prejuízo do exercício		**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**
Prejuízo por ação	28	**(0,40)**	**(0,59)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Prejuízo do Exercício	**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**
Resultado Abrangente Total	**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital Social	Reserva de de reav./ Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Incentivos fiscais	Reservas de Lucros: Reserva de lucros retidos	Reservas de Lucros: Ações em Tesouraria	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**44.000.000,00**	**1.845.938,59**	**6.470.730,35**	**13.063.142,98**	**177.425,10**	**-**	**-**	**65.557.237,02**
Realização da reserva de reavaliação corrente	-	(36.786,72)	-	-	-	-	36.786,72	**-**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(26.141.571,57)	**(26.141.571,57)**
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 23.3.2)	-	-	-	(6.523.839,33)	-	-	(6.523.839,33)	**-**
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 23.3.4)			-		36.786,72	-	(36.786,72)	**-**
Reversão de reserva de lucros retidos	-	-	-	-	1.395.905,48	-	-	**1.395.905,48**
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	(6.470.730,35)	(19.586.982,31)	(1.610.117,30)	-	27.667.829,96	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**44.000.000,00**	**1.809.151,87**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.997.580,94)**	**40.811.570,93**
Realização da reserva de reavaliação corrente (nota 22.b)	-	(36.180,94)	-	-	-	-	36.180,94	**-**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-		(17.569.429,80)	**(17.569.429,80)**
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 22.iv)	-	-	-	7.639.350,42	-	-	(7.639.350,42)	**-**
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 22.iv)	-	-	-	-	36.180,94	-	(36.180,94)	**-**
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(7.639.350,42)	(36.180,94)	-	7.675.531,36	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**44.000.000,00**	**1.772.970,93**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(22.530.829,80)**	**23.242.141,13**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais, exceto quando mencionado diferente)

1.Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou **91 anos** em 25 de junho de 2025, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE. Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estes massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades. **Os Relatórios, do Auditor Independente e da Diretoria, e as Notas Explicativas completas estão disponíveis na sede da Companhia e na página da Central de Balanços na internet https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes.1.1 Recuperação Judicial:** A forte elevação nos preços do trigo no mercado mundial, provocados pelas (i) mudanças climáticas, (ii) redução da oferta em função da guerra entre a Rússia e Ucrânia e (iii) pela desvalorização do Real frente ao Dólar com impacto direto nos custos haja vista que o Brasil não é autossuficiente na produção desta commodity, impactou significativamente a estrutura de custos e a geração de caixa da Motrisa, promovendo um estrangulamento financeiro tão forte que a Administração da Companhia entrou com pedido de recuperação judicial de forma a manter a continuidade das suas operações. Em 02 de outubro de 2023 o Juiz da 14ª Cível de Aracaju/SE deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Motrisa sob número 202311401823. Abaixo segue uma breve descrição sobre o estágio da Recuperação Judicial: ·A recuperação judicial foi ajuizada em 05/09/2023 e o deferimento do processamento se deu em 02/10/2023. ·O valor do passivo sujeito à recuperação judicial soma R$ 93.764.203,26 (Noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e seis centavos) em moeda corrente mais USD 9.488.566,64 (Nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) em dólares norte americano. ·Em 18/10/2023 foi publicado o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, contendo a relação de credores sujeitos à recuperação judicial apresentada pelas recuperandas. ·Com a publicação do referido edital, abriu-se prazo de 30 (trinta) dias corridos para que credores apresentem objeções ao plano de recuperação judicial e prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de impugnações de créditos. ·Em 01/12/2023, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acompanhado dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos das recuperandas. ·A Assembleia Geral de Credores (AGC) foi realizada em primeira convocação no dia 02/10/2024 às 09:00 horas, e em segunda convocação foi realizada no dia 09/10/2024 às 09:00 horas, presidida pelos Administradores Judiciais. Os Administradores Judiciais juntaram ao processo em 09/10/2024, uma petição informando que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por 70,52% do total do crédito presente à Assembleia Geral de Credores (AGC). Na Classe I foi aprovado por 100% dos credores presentes (por cabeça), na Classe II foi aprovado por 69,74% dos créditos presentes (valor), na Classe III foi aprovado por 71,45% dos créditos presentes (valor) e na Classe IV foi aprovado por 87,50% dos credores presentes (por cabeça). Requereram a juntada da Ata assinada referente à Assembleia Geral de Credores, segunda convocação, realizada em 09/10/2024, tendo como anexos: adequação das cláusulas 10.1.5.1.1, 10.1.5.1.1.1, 10.1.5.1.1.2, 10.1.5.1.10, 15.4 e inclusão da cláusula 1.1.8 do instrumento de transação do anexo III do plano de recuperação judicial; resumo de presença e votos; chat referente a participação virtual dos credores; lista presença; resumo dos credores presentes pela modalidade virtual; apresentação do plano; ressalva do credor Cargill; ressalva do credor Banco do Nordeste do Brasil S.A. Em 10/12/2024, foi homologado e concedido o Plano de Recuperação Judicial, atualmente em fase de recurso, sem efeito suspensivo e, assim, sem nenhum impedimento ao regular curso e efeitos legais do plano aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Em 31/12/2025, as Demonstrações Financeiras apresentadas não contemplam os efeitos do deságio de 90% (noventa por cento) aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Não reconhecemos o deságio, conforme instrução recebida da nossa contratada Zulmar Neves Advocacia, assessoria contábil, societária e tributária. **1.2 Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízo de R$ 17.569.429,80, possui um passivo circulante de R$ 57.536.868,73 e não circulante de R$ 205.682.574,26, tendo na sua composição a maioria originada de financiamentos e empréstimos, inclusive de uma dívida em dólares norte-americanos no valor de US$ 9,5 milhões e apresenta necessidade de obtenção de capital de giro para cumprir com seus compromissos operacionais. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 deve-se, principalmente a: i) elevadas despesas financeiras (juros) decorrentes de parcelamentos de impostos estaduais; ii) cessão de capital de giro para financiar a participação mercadológica. A Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado e homologado, fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das companhias do Grupo Motrisa. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. **1.3 Preço base do trigo:** Em 2025, o mercado global de trigo foi marcado por oferta elevada devido a alta produtividade, todavia menor qualidade, sustentando estoques confortáveis e uma relação estoque/consumo estável em torno de 33 %, pressionando os preços internacionais para baixo, estimulando exportações competitivas de países como EUA e Argentina. A baixa do dólar em 2025 tornou o trigo importado mais barato, contribuindo para preços domésticos moderados em relação a 2024. O consumo de trigo importado pela Motrisa em 2025 foi de aproximadamente 70%, o percentual restante foi participação do saldo remanescente de trigo nacional. **2. Base de Preparação: 2.1 Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *Ínternational Accounting Standards Board – IASB*, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **2.2 Base de mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em "Reais" (R$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Determinação do Valor Justo:** A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para àquele ativo ou passivo específico. **3.Descrição das Principais Políticas Contábeis: a.Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **b.Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado. **c.Usos de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas. **d.Instrumentos financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. **e.Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. **f.Ajustes a valor presente:** Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil. **g.Investimento em controlada:** As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. Em 2025 e 2024 não foi reconhecido a equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante. **h.Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 14. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração de resultado. Em 10 de setembro de 2020 a Diretoria da Companhia contratou a companhia Ibiaeon Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda. para implantar rotinas, normas e procedimentos; levantamento físico; conversão de dados; conciliação físico-contábil; saneamento base de dados; fornecimento de etiquetas de alumínio com QR CODE; avaliação de contas de investimentos; e teste de impairment (recuperabilidade) para atendimento a Lei 11.638/2007 e os CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 Ativo Imobilizado, entretanto, pela complexidade do projeto não foi possível concluir dentro do exercício 2020, portanto, os efeitos foram reconhecidos no exercício de 2022. **i.Intangível:** Ativos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 15. **j.Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício. **k.Empréstimos e financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **l.Parcelamentos:** Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ – Secretarias de Fazenda se referem ao ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações. A companhia aderiu ao reparcelamento em maior número de parcelas, concedidas pelo fisco em função da condição dada a contribuintes em recuperação judicial. No exercício de 2025 a companhia aderiu ao Termo de Transação Tributária junto à PGE/SE referente aos parcelamentos do ICMS do Estado de Sergipe. **m.Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n.Reconhecimento das receitas:** A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. **o.Ativo não circulante mantido para a venda:** A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por Impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. **p.Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado. **4.Investimento:** A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da companhia inoperante, em 2025 e 2024 não foi reconhecido à equivalência patrimonial do investimento.

Demonstração do Fluxo de Caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IR e da contribuição social	**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.224.261,78	1.263.827,88
Custo na venda/baixa/transferências de ativos imobilizados e intangíveis	1.558.123,57	473.713,52
Atualização dos financiamentos e empréstimos	(4.808.947,44)	18.927.583,24
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	3.209.047,74	767.579,07
(Aumento) redução nos estoques	(8.034.424,85)	3.323.968,80
(Aumento) redução nos tributos a recuperar e antecipados	(1.334.125,26)	(9.943.345,69)
(Aumento) redução em outras contas a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(3.332.515,55)	10.701.263,79
Aumento (redução) em fornecedores	264.780,45	(90.077,76)
Aumento (redução) nos impostos e contribuições a pagar	18.260.473,45	13.321.391,23
Eliminação dos efeitos dos ajustes de exercícios anteriores - Res. Lucros Retidos e a Realizar	-	1.395.905,48
Aumento (red.) em acionistas, contas a pagar e provisões	(1.076.550,84)	(467.607,68)
Disp. líq. proveniente nas atividades operacionais	**(11.639.306,75)**	**13.532.630,31**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições/Transferências de imobilizado e intangível	(1.780.447,51)	(688.166,23)
Partes relacionadas - controlada	(5.444,04)	(125.589,86)
Disp. líq. aplicada nas atividades de investimentos	**(1.785.891,55)**	**(813.756,09)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	349.432,64
Disp. líquida proveniente ativ. de financiamentos	**-**	**349.432,64**
	(13.425.198,30)	**13.068.306,86**
Demonstração do aumento (redução) nas disp.		
No início do exercício	20.524.189,69	7.455.882,83
No fim do exercício	7.098.991,39	20.524.189,69
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(13.425.198,30)**	**13.068.306,86**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5.Imobilizado

Composição dos saldos

	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido	Tx. médias anuais de deprec. %
Terras e Terrenos	3.321.238,15	-	3.321.238,15	3.321.238,15	-
Edificações e Construções	8.218.353,48	(6.086.907,83)	2.131.445,65	2.356.393,13	2,92%
Instalações e Benfeitorias	15.751.779,36	(7.065.042,51)	8.686.736,85	9.071.100,61	2,92%
Máquinas e Equipamentos	24.024.552,38	(20.854.734,43)	3.169.817,95	3.549.052,13	6,67%
Móveis e Utensílios	1.106.389,27	(956.247,20)	150.142,07	179.498,73	6,67%
Veículos	816.808,40	(803.277,75)	13.530,65	12.553,37	6,67%
Equipamentos de Processamento de Dados	1.146.517,73	(1.037.091,06)	109.426,67	134.650,64	6,67%
Outras Imobilizações	75.786,40	(12.047,06)	63.739,34	63.792,98	3,33%
Obras em Andamento	949.202,32	-	949.202,32	906.597,27	
	55.410.627,49	**(36.815.347,84)**	**18.595.279,65**	**19.594.877,01**	

Movimentação do Imobilizado

	31/12/2024	Adições e transferências	Baixas e transferências	Depreciação	31/12/2025
Terras e Terrenos	3.321.238,15	-	-	-	3.321.238,15
Edificações e Construções	2.356.393,13	37.168,91	(37.363,91)	(224.752,48)	2.131.445,65
Instalações e Benfeitorias	9.071.100,61	-	-	(384.363,76)	8.686.736,85
Máquinas e Equipamentos	3.549.052,13	1.600.853,23	(1.424.751,19)	(555.336,22)	3.169.817,95
Móveis e Utensílios	179.498,73	12.185,28	(10.582,27)	(30.959,67)	150.142,07
Veículos	12.553,37	45.296,22	(43.152,00)	(1.166,94)	13.530,65
Equipamentos de Processamento de Dados	134.650,64	26.521,03	(26.456,41)	(25.288,59)	109.426,67
Outras Imobilizações	63.792,98	-	-	(53,64)	63.739,34
Obras em Andamento	906.597,27	58.422,84	(15.817,79)	-	949.202,32
	19.594.877,01	**1.780.447,51**	**(1.558.123,57)**	**(1.221.921,30)**	**18.595.279,65**

6.Intangível

Composição dos saldos

	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido	Tx. médias anuais de amort. %
Desenvolvimento Tecnológico	76.762,07	(76.762,07)	-	-	20%
Desenvolvimento de Produtos	327.958,40	(327.958,40)	-	-	20%
Softwares	985.016,64	(983.918,03)	1.098,61	3.439,09	20%
Marcas e Patentes	8.220,00	-	8.220,00	8.220,00	-
	1.397.957,11	**(1.388.638,50)**	**9.318,61**	**11.659,09**	

Movimentação do Intangível

	31/12/2024	Adições e transferências	Baixas e transferências	Amortização	31/12/2025
Desenvolvimento de Produtos	-	-	-	-	-
Softwares	3.439,09	-	-	(2.340,48)	1.098,61
Marcas e Patentes	8.220,00	-	-	-	8.220,00
	11.659,09	-	-	**(2.340,48)**	**9.318,61**

continua...

...continuação

MOTRISA Moinhos de Trigo Indígena S.A.

CNPJ N° 88.447.032/0001-80
NIRE 43300007766
Em Recuperação Judicial

7. Provisões para Contingências

Descrição	2025	2024
Trabalhistas (a)	556.170,29	577.157,09
Cíveis (b)	86.909,34	86.909,34
Honorários advocatícios (c)	1.097.894,83	1.097.894,83
Total	1.740.974,46	1.761.961,26

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante. a) As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício. b) Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível. c) A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos. A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de dezembro de 2025 totalizavam o montante de aproximadamente R$ 53.669.916,00.

8.Patrimônio líquido e destinação de resultados: Capital Social: Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

9. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada pelo seu valor nominal. Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da aquisição de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R$ 6.932.710,50 (R$ 5.920,384,23 em 2024), alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas líquido dos impostos e contribuições.

10.Receita Líquida de Vendas

Receita bruta	2025 Farinhas de trigo e derivados	2024 Farinhas de trigo e derivados
Mercado interno	106.667.714,81	137.064.631,42
Deduções sobre vendas	(17.356.835,03)	(29.194.180,10)
Tributos	(21.761.969,27)	(32.877.248,90)
Incentivo fiscal PSDI	6.932.710,51	5.920.384,23
Devoluções	(2.527.576,27)	(2.237.315,43)
Receita líquida	89.310.879,78	107.870.451,32

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Munhós Thormann
Presidente
Meline Camargo Matiotti
Vice-Presidente
Anécia Severina Pereira Thormann
Conselheira
Henrique Longo Thormann
Conselheiro
Marlene Kerber Mello Godoy
Conselheira
Pedro Tocchetto Thormann
Conselheiro

DIRETORIA

André Reinaldo
Diretor Superintendente
Marco Aurélio Sobral Furtado
Diretor Executivo

Maria Rosiane Souza Silva
Contadora
CRC SE-004644/O-2
CPF 479.231.725-87

Crowe

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

CEASA/RS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

		31/12/2025 R$	31/12/2024 R$
CIRCULANTE	**NOTAS**	**21.786.591,23**	**7.815.552,59**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	14.692.623,17	3.069.773,38
Clientes	**5**	5.496.332,08	3.747.143,76
Estoques	**6**	405.596,05	125.745,99
Impostos a Recuperar	**7**	926.745,34	865.934,74
Outros Direitos	**8**	264.808,00	5.584,36
Despesas do exercício seguinte		486,59	1.370,36
NÃO CIRCULANTE		**9.841.378,10**	**10.548.850,18**
Clientes	**9.1 / 9.3**	750.451,07	400.505,97
Outros Créditos	**9.2 / 9.3**	-	21.420,28
Depósitos Judiciais	**9.4**	1.864.110,77	2.478.766,71
Bens Inserviveis		10.542,83	4.002,70
Investimentos		23.543,15	23.543,15
Imobilizado	**10.1/10.2**	7.182.273,11	7.588.671,68
Intangível	**11**	10.457,17	31.939,69
TOTAL ATIVO		**31.627.969,33**	**18.364.402,77**

PASSIVO

		31/12/2025 R$	31/12/2024 R$
CIRCULANTE	**NOTAS**	**3.525.064,69**	**4.491.796,93**
Fornecedores	**12.1**	1.476.251,80	2.056.265,13
Ordenados e Salários a Pagar	**12.2**	121.190,74	114.210,04
Obrigações Sociais	**12.3**	564.240,71	505.046,88
Obrigações Tributárias	**12.4**	199.613,91	228.032,42
Provisões Constituídas	**12.5**	777.423,53	456.372,54
Programa Demissão Voluntária	**12.6**	227.508,90	667.937,70
Outras Exigibilidades	**12.7**	158.835,10	463.932,22
NÃO CIRCULANTE		**320.169,74**	**1.170.154,00**
Programa Demissão Voluntária	**12.8**	11.181,24	238.690,22
Provisões Constituídas Trabalhistas	**12.8/12.9**	303.199,44	918.768,78
Provisões Constituídas Civel	**12.8/12.10**	0,00	12.695,00
Outras Exigibilidades		5.789,06	0,00
PATRIMONIO LÍQUIDO		**27.782.734,90**	**12.702.451,84**
Capital Social	**13.1**	33.160.114,98	21.877.617,98
Reservas de Capital		3.369.174,48	3.369.174,48
Prejuízos Acumulados	**13.2**	(8.746.554,56)	(12.544.340,62)
TOTAL PASSIVO		**31.627.969,33**	**18.364.402,77**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

		31/12/2025 R$	31/12/2024 R$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**NOTAS**	**20.995.837,14**	**15.177.407,94**
Serviços Prestados		20.995.837,14	15.177.407,94
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(4.436.299,26)	(3.480.336,85)
Abatimentos		(52.759,60)	(180.863,48)
Impostos Incidentes s/ receitas		(4.383.539,66)	(3.299.473,37)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		16.559.537,88	11.697.071,09
LUCRO BRUTO		16.559.537,88	11.697.071,09
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	**14**	2.299.494,85	2.274.668,84
Receitas Financeiras		2.003.093,89	1.271.356,19
Outras Receitas		296.400,96	1.003.312,65
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**15**	(13.828.394,29)	(19.451.638,52)
Despesas com Pessoal		(5.794.559,21)	(6.354.041,69)
Programa Demissão Voluntária		(50.009,70)	(1.092.285,03)
Gastos Gerais e Administrativos		(1.773.568,39)	(1.960.668,68)
Serviços e Seguros		(4.315.738,18)	(9.145.666,77)
Encargos, Impostos e Taxas		(25.380,30)	(11.441,16)
Depreciações e Amortizações		(644.709,15)	(659.798,88)
Financeiras		(139.453,65)	(84.517,96)
Provisões		236.387,11	(702.389,92)
Provisão Programa Demissão Voluntária		-	989.922,18
Convênios (Programa Social)		(106.117,79)	(60.751,03)
Processos Judiciais Trabalhistas		(1.183.163,96)	(1.976,80)
Processos Judiciais Cíveis		(31.961,07)	(46.884,75)
Outras Despesas		(120,00)	(321.138,03)
RESULTADO OPERACIONAL		**5.030.638,44**	**(5.479.898,59)**
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		(764,24)	(164.438,61)
Baixa Bens Imobilizado		(764,24)	(164.438,61)
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	**16**	**5.029.874,20**	**(5.644.337,20)**
(-) Provisão para Imposto de Renda		(899.594,22)	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social		(332.493,92)	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**16**	**3.797.786,06**	**(5.644.337,20)**
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO		0,114528736	(0,257995967)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2025 R$	31/12/2024 R$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.797.786,06**	**(5.644.337,20)**
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO	**(867.203,60)**	**113.401,46**
Depreciações e Amortizações	644.709,15	659.798,88
Provisão Contingências Trabalhistas	(615.569,34)	(81.995,38)
Provisão Contingências Cíveis	(12.695,00)	(60.649,69)
Provisão Programa Demissão Voluntária	0,00	(989.922,18)
Provisão Perdas no Recebimento de Créditos	(883.648,41)	586.169,83
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	**(2.348.188,85)**	**(884.139,66)**
Permissionários	(1.749.188,32)	(263.376,73)
Estoques	(279.850,06)	153.328,08
Impostos a Recuperar	(60.810,60)	(802.743,96)
Outros Direitos	(259.223,64)	19.830,45
Despesas Pagas Antecipadamente	883,77	8.822,50
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.163.239,40**	**(475.722,83)**
Permissionários	415.725,55	(666.740,31)
Depósitos Judiciais	614.655,94	48.636,48
Outros Direitos	132.857,91	142.381,00
Passivo Exigível a Curto Prazo	**(966.732,24)**	**154.054,34**
Fornecedores	(580.013,33)	772.817,62
Ordenados e Salários a Pagar	6.980,70	(40.961,82)
Programa Demissão Voluntária	(440.428,80)	420,80
Obrigações Sociais	59.193,83	(660.058,91)
Obrigações Tributárias	(28.418,51)	14.362,08
Provisões Constituídas	321.050,99	30.674,60
Adiantamento de Clientes	(163.702,56)	105.421,87
Outras Exigibilidades	(141.394,56)	(68.621,90)
Passivo Exigível a Longo Prazo	**(221.719,92)**	**(22.107,36)**
Programa Demissão Voluntária	(227.508,98)	(22.107,36)
Outras Exigibilidades	5.789,06	0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**557.180,85**	**(6.758.851,25)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	(224.132,43)	(605.394,88)
Baixas Ativo Imobilizado	7.304,37	265.768,31
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(216.828,06)**	**(339.626,57)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	11.282.497,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**11.282.497,00**	**0,00**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**11.622.849,79**	**(7.098.477,82)**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	**3.069.773,38**	**10.168.251,20**
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	**14.692.623,17**	**3.069.773,38**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/12/2023	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(6.900.003,42)	18.346.789,04
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				(5.644.337,20)	(5.644.337,20)
SALDO EM 31/12/2024	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(12.544.340,62)	12.702.451,84
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	11.282.497,00				11.282.497,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				3.797.786,06	3.797.786,06
SALDO EM 31/12/2025	33.160.114,98	0,00	3.369.174,48	(8.746.554,56)	27.782.734,90

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL
A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, à Avenida Fernando Ferrari n° 1001, no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei n° 6.404/1976 e suas alterações posteriores, conjugadas às demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3: PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
3.1 – Regime de Tributação: O imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram apurados com base no Lucro Real Trimestral. **3.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O fluxo de caixa dos investimentos a curto prazo é demonstrado pelos valores líquidos (aplicações e resgates). **3.3 - Contas a Receber:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. A empresa não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa dos direitos realizáveis no curto prazo, considerando que não haverá perdas na realização dos créditos em razão do perfil de carteira de clientes e dos procedimentos de lacre dos estabelecimentos, os quais são aplicados aos permissionários em débito com a tesouraria a partir do terceiro mês de emissão sem pagamento. **3.4 – Estoques:** Os estoques são compostos por materiais de consumo para reposição no almoxarifado; a mensuração dos itens é realizada pelo Custo Médio Ponderado. **3.5 - Não Circulante:**Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes. **3.6 – Imobilizado:** Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição e ajustados por depreciações acumuladas. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas. **3.7 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment:*** Considerando o pronunciamento NBC TG 27, o tempo de constituição e as recomendações da auditoria independente, a companhia contratou a PLM Consultoria & Auditoria, empresa especializada em laudos/pareceres de impairment, para analisar se os ativos não estão registrados por valores superiores ao seu valor recuperável, para realizar a revisão de vida útil e o valor de mercado. O trabalho de 2025 foi realizado com base na posição contábil de 30/09/2025, e o resultado do respectivo laudo foi de que não há indícios de perda do valor recuperável dos ativos da empresa no exercício em questão. **3.8 - Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo:** Os ativos e passivos de longo prazo da Empresa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da empresa. **3.9 - Receitas e Despesas:** A companhia tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **3.10 – Provisão Para Perdas no Recebimento de Créditos:** As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96. **3.11 – Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis:** A provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a CEASA/RS é parte e que estão classificados como "provável ou praticamente certo" de perda, de acordo com NBC TG 25(R2).

Nota 4: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa será apresentada no valor de R$ 14.692.623,17, sendo composto por saldos em tesouraria, contas bancárias de movimentação de recebimentos e pagamentos e aplicações financeiras.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	37.476,93	50.456,40
Bancos	895.267,11	726.888,89
Aplicações de Liquidez Imediata	13.759.879,13	2.292.428,09
Total	**14.692.623,17**	**3.069.773,38**

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, com prazo de vencimento de até 90 dias. A elevação expressiva desse saldo se deve à integralização de capital social no mês de abril de 2025, no valor de R$11.282.497,00, cujo acionista é o Estado do Rio Grande do Sul. Esse evento é oriundo do pedido de aporte financeiro solicitado ao Estado para suportar o fluxo de caixa do período que compreendeu os meses de maio e junho de 2024, em que a CEASA/RS ficou sem auferir as receitas ordinárias previstas, dado o prejuízo da enchente de maio de 2024 que assolou boa parte dos municípios do Rio Grande do Sul.

NOTA 5: CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicável. A empresa não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de créditos de curto prazo, considerando que não haverá perdas na realização dos créditos em razão do perfil de carteira de clientes.
O saldo a receber nas contas de grupos de permissionários se refere às emissões mensais do AU/TPRU contratado com a CEASA/RS. O acréscimo relevante de 46,68% pode ser explicado por diversas razões: em 2024, houve dois processos licitatórios, trazendo uma receita de R$705.525,00; em 2025, houve um processo licitatório a mais, visando a maior ocupação de boxes por permissionários, trazendo uma receita nova de R$2.053.017,00; nesses processos de 2025, a aderência foi muito superior a 2024, que ainda carregava os efeitos da enchente que assolou o estado do Rio Grande do Sul no mês de maio.
Adicionalmente, o faturamento dos usuários que comercializam melancia (fruta sazonal) iniciou em novembro de 2025, enquanto que nas safras anteriores ocorria nos primeiros meses do ano.

Clientes	31/12/2025	31/12/2024
Usuários Permanentes	5.038.530,59	3.695.691,44
Usuários GNP	347.879,15	15.260,61
Usuários GNP-Permanentes	40.984,23	30.697,96
Usuários Ambulantes	3.847,12	38,40
Usuários Melancia	58.548,00	0,00
Usuários Flores	6.542,99	5.455,35
Total	**5.496.332,08**	**3.747.143,76**

NOTA 6: ESTOQUES
O estoque de mercadorias é mensalmente conferido e apurado pelo custo médio, e todos os itens são destinados para aplicação nas atividades operacionais e manutenção do complexo, conforme quadro abaixo:

Almoxarifado	31/12/2025	31/12/2024
Material de Consumo de Construções	138.656,42	51.564,01
Material de Consumo de Máquinas e Instalações	200.905,65	47.059,16
Material de Consumo de Móveis e Telefone	117,20	0,00
Material de Conservação, Proteção e Segurança	40,00	0,00
Material de Expediente	21.606,66	6.802,91
Material de Limpeza e Higiene	44.270,12	20.319,91
Total	**405.596,05**	**125.745,99**

O aumento significativo no saldo de estoque se deve ainda às consequências do desastre natural da enchente de maio de 2024, a qual assolou o estado do Rio Grande do Sul. Houve perda de praticamente 75% do estoque no exercício anterior, então a companhia ainda se encontra em processo de recuperação do espaço físico, com muitas demandas para reparos e melhorias no complexo como um todo, principalmente no que envolve materiais de obras e instalações elétricas e hidráulicas.

NOTA 7: IMPOSTOS A RECUPERAR
Os saldos de impostos a recuperar são provenientes de pagamento a maior e valores a compensar de créditos de operações com permissionários e aplicações financeiras. Os valores estão em processo de revisão para futura compensação com tributos de mesma natureza.

Impostos a recuperar/compensar	31/12/2025	31/12/2024
Impostos retidos de terceiros a recuperar	22.477,60	21.849,77
Tributos sobre faturamento a recuperar	701.718,09	690.282,66
Imposto de renda retido sobre aplicações a recuperar	135.080,73	134.941,45
INSS de terceiros a recuperar	49.388,78	1.110,03
ISSQN a recuperar	18.080,14	17.750,83
Total	**926.745,34**	**865.934,74**

NOTA 8: OUTROS DIREITOS
8.1 - Adiantamentos a Fornecedores: Os valores de adiantamentos a fornecedores (R$ 264.292,47) se referem a pagamentos antecipados à entrega de mercadoria pelos fornecedores e alguns casos de pagamento a maior devido a inconsistências em retenções tributárias. No último trimestre de 2025, o aumento expressivo do saldo dessa conta se deve ao encerramento do contrato de prestação de serviços de vigilância do complexo com a empresa Star Service. Preventivamente e visando evitar passivos trabalhistas, a CEASA honrou os valores relativos às rescisões dos funcionários que prestavam serviço no complexo, cujo montante foi registrado como adiantamento (R$260.146,99). A restituição dos valores pagos a título de adiantamento para o fornecedor Star Service foi remetida para cobrança administrativa.
8.2 – Adiantamentos a Empregados: Os adiantamentos a empregados cujo valor apresentado é R$ 515,53 é composto por pagamentos de reajustes de benefícios sobre as parcelas de PDV.
Segue abaixo o quadro consolidado da nota 8:

Outros Direitos	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a empregados	515,53	57,58
Adiantamentos a fornecedores	264.292,47	5.526,78
Total	**264.808,00**	**5.584,36**

NOTA 9: REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
9.1 – Permissionários em Cobrança Judicial ou com Acordos Firmados. O valor apresentado no exercício somando R$ 2.224.460,84 é composto por saldos de acordos firmados com permissionários do complexo em débito, permissionários em cobrança judicial e permissionários em recuperação judicial.
Em 2025, houve relevante aumento na conta de usuários que renegociaram suas dívidas, ainda em face das consequências da enchente de maio de 2024, além da reclassificação das parcelas para o longo prazo.

Clientes Longo Prazo	31/12/2025	31/12/2024
Usuários Permanentes em Cobrança Judicial	607.214,05	1.372.884,70
Usuários com Acordos de Dívida em Pagamento	750.451,07	400.505,97
Usuários em Recuperação Judicial	866.795,72	866.795,72
Total	**2.224.460,84**	**2.640.186,39**

9.2 – Outros Direitos de Longo Prazo: A composição deste grupo de créditos reúne os valores de contrato com fornecedores de serviços terceirizados em processos judiciais de cobrança. Figuravam também créditos com ex-diretores da companhia que foram quitados.

Outros Direitos	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores em Cobrança	1.420.582,07	1.460.600,90
Ex-Diretores	0,00	99.379,21
Total	**1.420.582,07**	**1.559.980,11**

9.3 – Provisão para Devedores Duvidosos: As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.
O valor da provisão é R$2.894.591,84, considerando as dívidas em atraso e os credores sem acordo no longo prazo, com difícil chance de realização.

Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2025	31/12/2024
Outros Devedores	1.420.582,07	1.538.559,83
Usuários Permanentes em Cobrança Judicial	607.214,05	1.372.884,70
Usuários em Recuperação Judicial	866.795,72	866.795,72
Total	**2.894.591,84**	**3.778.240,25**

9.4 – Depósitos Judiciais: O saldo de depósitos judiciais em 31/12/2025, no valor de R$1.864.110,77, corresponde aos recursos que a companhia está litigando no judiciário para processos trabalhistas de natureza direta ou solidária. Houve revisão dos processos pela assessoria jurídica, junto às evidências quanto à movimentação de depósitos nos extratos do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, resultando em uma baixa de R$736.001,78, conforme retrata a NE 15.

NOTA 10: IMOBILIZADO
10.1 - Valor Residual do Imobilizado

	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Contábil 31/12/2025	Valor Contábil 31/12/2024
Terras e Terrenos	369.060,98	0,00	369.060,98	369.060,98
Benfeitorias e Urbanizações	15.785.772,04	11.597.626,54	4.188.145,50	4.490.977,76
Edificações e Construções	9.752.158,92	8.319.159,97	1.432.998,95	1.535.535,59
Equipamentos de Comunicação	63.559,05	14.086,94	49.472,11	4.188,76
Equipamentos de Informática	219.053,30	68.571,28	150.482,02	126.092,65
Instalações	1.407.493,31	1.309.985,39	97.507,92	117.585,72
Máquinas e Equipamentos	647.537,83	307.301,09	340.236,74	395.845,28
Móveis e Utensílios	739.205,25	477.527,91	261.677,34	273.729,17
Imobilizações em Andamento	292.691,55	0,00	292.691,55	275.655,77
TOTAL	**29.276.532,23**	**22.094.259,12**	**7.182.273,11**	**7.588.671,68**

10.2 - Vidas Úteis e Taxas de Depreciação: Conforme o laudo de avaliação e determinação da vida útil dos bens móveis realizado pela empresa PLM Consultoria & Auditoria, com base nos saldos contábeis de 30/09/2025, não houve indícios de perda do valor recuperável dos ativos.
A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas taxas de depreciação fiscais e societária praticadas.
10.3 - Redução ao Valor Recuperável – *Impairment:* O teste de recuperabilidade – *Impairment* realizado pela empresa PLM Consultoria & Auditoria, cuja posição contábil foi a de 30/09/2025, indicou através do laudo que não há indícios de perda do valor recuperável dos ativos da CEASA no exercício em questão.

NOTA 11: INTANGÍVEL
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. No âmbito da CEASA, o intangível é composto por softwares, licenças de uso de programas.

	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Contábil 2025	Valor Contábil 2024
Direito de Uso de Software	225.317,95	214.860,78	10.457,17	31.939,69
TOTAL	**225.317,95**	**214.860,78**	**10.457,17**	**31.939,69**

NOTA 12: PASSIVO
O Passivo compreende as obrigações da entidade com terceiros, resultante de eventos ocorridos que exigem ativos para sua liquidação. O passivo é constituído pelo "Passivo Circulante", "Passivo Não Circulante" e "Patrimônio Líquido".**12.1 - Fornecedores:** Compreende os valores a pagar de produtos e serviços adquiridos para a correta manutenção das atividades da Companhia. Embora o saldo de Fornecedores tenha decrescido 28,21% neste encerramento de exercício, não houve inconsistência relevante nas notas fiscais como ao final de 2024, razão pela qual havia permanecido em aberto R$527.237,94 (quitado em janeiro) relativo à prestadora de mão de obra continuada. A maior parte do saldo atual em aberto abrange duas faturas de energia com vencimento em 2026 (R$624.220,65), bem como notas fiscais de terceirizada da limpeza (R$106.712,06), da empresa que está executando a reforma do primeiro andar (R$137.336,27), cujos títulos também têm vencimento no exercício seguinte. Persiste em aberto um título no valor de R$228.765,79 relativo a um serviço de limpeza pesada da época da enchente, em razão da ausência de comprovação da execução de todas as atividades, conforme previsto em contrato.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1.476.251,80	2.056.265,13

12.2 – Ordenados e Salários a Pagar: A respectiva rubrica compreende a obrigação com os empregados da Companhia relativas à última competência de 2025. O saldo de R$ 121.190,74 atualmente representa apenas 3,44% do total do "Passivo Circulante".

	31/12/2025	31/12/2024
Ordenados e salários a pagar	121.190,74	114.210,04

12.3 – Obrigações Sociais: As obrigações sociais estão demonstradas pelos valores exigíveis até o término do exercício seguinte, decorrentes do pagamento de salários e das transações usuais apropriadas segundo o regime de competência. O saldo de R$564.240,71 é composto pelas obrigações retidas em folha de pagamento dos colaboradores, de pagamentos a terceiros, além dos tributos sobre faturamento, representando 16,01% do total do "Passivo Circulante".

continua>>>>>

continuação>>>>>

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67

CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTAS EXPLICATIVAS - continuação

O aumento do saldo de tributos federais sobre o faturamento pode ser explicado pelo aumento de receita em 2025, considerando os três processos licitatórios realizados ao longo do ano e o sucesso dos mesmos, com aderência bastante superior no que se refere às licitações de 2024, cujo ano o estado foi protagonista de uma enchente que atingiu severamente o complexo da CEASA.
Outra situação que também corroborou foi a implantação dos módulos Faturamento e Financeiro do sistema, situação que culminou no reconhecimento de receita de dois meses dos Usuários-GNP em fevereiro. As variações nas Obrigações de Tributos sobre a Folha de Pagamento e Retenções Federais de Terceiros são decorrentes de trabalho de conciliação e transferência entre contas do Passivo.

Obrigações sociais	31/12/2025	31/12/2024
Tributos federais sobre faturamento	147.695,63	27.120,25
Tributos sobre a folha de pagamento	135.011,20	245.351,90
Retenções federais de terceiros	281.533,88	232.574,73
TOTAL	**564.240,71**	**505.046,88**

12.4 – Obrigações Tributárias:
Referem-se às obrigações fiscais decorrentes das atividades próprias da Companhia ou retidas de terceiros. O valor de R$199.613,91 engloba tributos como Imposto sobre serviços próprios, Imposto sobre serviços e Imposto de renda retido de terceiros, representando 5,66% do "Passivo Circulante".

Obrigações Tributárias	31/12/2025	31/12/2024
Tributos municipais sobre faturamento	10.839,75	9.591,49
IRRF e ISSQN retidos	188.774,16	218.440,93
TOTAL	**199.613,91**	**228.032,42**

12.5 – Provisões Constituídas: Essas provisões visam fazer frente às obrigações que certamente ocorrerão no futuro, relativas aos pagamentos do décimo terceiro salário, férias e aos encargos incidentes. Uma vez que a CEASA auferiu resultado positivo, foi constituída também a provisão para imposto de renda e contribuição social. Do saldo de "Passivo Circulante", a rubrica em questão representa 22,05%.

Provisões Constituídas	31/12/2025	31/12/2024
Férias	305.935,25	273.400,36
FGTS e INSS sobre férias	106.465,28	182.972,18
Imposto de Renda e Contribuição Social	365.023,00	0,00
TOTAL	**777.423,53**	**456.372,54**

12.6 – Programa Demissão Voluntária: O programa de demissão voluntária (PDV) foi adotado em 2022 com o objetivo de reduzir o quadro de colaboradores de forma negociada e voluntária.
O saldo da conta representa 6,45% do "Passivo Circulante", totalizando R$227.508,90 a pagar em 2026.

	31/12/2025	31/12/2024
Programa Demissão Voluntária	227.508,90	667.937,70

12.7 – Outras Exigibilidades: O total de R$158.835,10 se refere a obrigações com as remunerações dos conselheiros, diretores, adiantamento de clientes e repasses a associações; colabora com 4,51% na composição do "Passivo Circulante". O saldo remanescente na conta de adiantamento de clientes corresponde a pagamentos antecipados de emissões de competências do exercício seguinte realizadas por permissionários ou usuários do complexo. Houve redução significativa nessa rubrica em 2025, visto que o critério de faturamento foi alterado com a implementação do módulo "Faturamento" do sistema utilizado; com isso, a receita de usuários GNP passou a ser reconhecida no momento em que ocorre o faturamento.
Os valores arrecadados através de faturamento para repasse às Associações dos permissionários/usuários do complexo, cuja prestação de contas ocorrerá após liquidação dos títulos, figuram no grupo de adiantamento de clientes.

Outras Exigibilidades	31/12/2025	31/12/2024
Credores Diversos	34.154,56	173.170,28
Remuneração Comitê Estatutário, Conselhos e Diretoria	57.004,66	61.861,34
Adiantamento de Clientes	59.813,59	223.516,15
Outras contas a pagar	7.862,29	5.384,45
TOTAL	**158.835,10**	**463.932,22**

12.8 - Exigível a Longo Prazo: O Passivo Não Circulante é integrante do exigível do Balanço Patrimonial e colabora com 1,01% do total do Passivo da Companhia. Neste subgrupo ocorrem os registros de todas as obrigações que devem ser quitadas após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço. Os referidos compromissos são compostos em sua grande maioria por provisões contábeis, à exceção dos valores a recolher das parcelas de PDV com vencimento no ano 2027. A redução expressiva do saldo em 2025 se deve à revisão, pela assessoria jurídica, das causas trabalhistas e cíveis classificadas como perda provável e ao término das saídas de funcionários pelo Programa de Demissão Voluntária.

Exigível a Longo Prazo	31/12/2025	31/12/2024
Programa Demissão Voluntária	11.181,24	238.690,22
Provisões Constituídas Trabalhistas	303.199,44	918.768,78
Provisões Constituídas Cível	0,00	12.695,00
Provisões Constituídas Programa Demissão Voluntária	5.789,06	0,00
TOTAL	**320.169,74**	**1.170.154,00**

12.9 - Provisões Constituídas Trabalhistas: O critério adotado para que as ações constem como prováveis para fins de contingenciamento é a existência de decisão judicial definitiva, não sujeita a recurso, situação em que os processos estarão em fase de liquidação ou execução. As demais ações em que haja probabilidade de condenação constam como possíveis. Com base no critério jurídico, em 31/12/2025 foi revisada a provisão, passando para R$303.199,44, a qual representa 94,70% do Exigível A Longo Prazo.

Quantidade de Ações (polo passivo)	Classificação de Risco	Valor
12	Provável	303.199,44
109	Possível	3.509.091,60

12.10 - Provisões Constituídas Cível: Tendo em vista o critério adotado para a constituição das provisões, os processos que figuravam como prováveis até 30/09/2025 sofreram alteração de status no último trimestre e passaram a ser classificados como "possível". Em 31/12/2025, o montante relativo a causas possíveis é R$743.947,68.

NOTA 13: – PATRIMÔNIO LIQUIDO
13.1 - Capital Social: O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 33.160.114,98 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R$ 1,00 cada uma, cuja composição vem a seguir:

ACIONISTAS	R$	%
Estado do Rio Grande do Sul	31.900.030,61	96,20%
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153,971,99	3,48%
Outros	106.112,38	0,32%
TOTAL	**33.160.114,98**	**100,00%**

Em 15/04/2025 houve a integralização do aumento de capital, no valor de R$11.282.497,00, cujo acionista é o Estado do Rio Grande do Sul, aumentando a sua participação para 96,20% das ações.
Esse evento é oriundo do pedido de aporte financeiro solicitado ao Estado para suportar o fluxo de caixa do período que compreendeu os meses de maio e junho de 2024, em que a CEASA/RS ficou sem auferir as receitas ordinárias previstas, dado o prejuízo da enchente de maio de 2024 que assolou boa parte dos municípios do Rio Grande do Sul.

13.2 – LUCRO DO EXERCÍCIO:
O lucro apurado no exercício será aplicado em sua integralidade para amortizar prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

NOTA 14 – RECEITAS OPERACIONAIS
14.1 – Receita de Serviços: Os valores dessa rubrica estão representados pelas receitas da atividade fim da Companhia, tais como permissão no uso de espaços e serviços prestados aos permissionários.
14.2 – Demais Receitas Operacionais: O total de R$2.299.494,85, até 31 dezembro de 2025, é composto principalmente por receitas financeiras oriundas de multa e juros de mora previstos nos contratos mantidos pela Companhia e de aplicações financeiras.
O aumento de 57,56% desse tipo de receita se deve majoritariamente aos rendimentos das aplicações financeiras originados a partir do aporte de capital social, pelo Governo do Estado do RS, cujo montante permanecia aplicado ao final do exercício.
Embora o grupo de "outras receitas" tenha apresentado redução significativa em 2025, o padrão atual está coerente, considerando que o ano de 2024 foi objeto de eventos atípicos, como a enchente que atingiu severamente o complexo da CEASA.
Os créditos de 2025 são oriundos principalmente de alvarás liberados em processos judiciais.

Receitas Operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	2.003.093,89	1.271.356,19
• Outras Receitas	296.400,96	1.003.312,65
• Sinistros de veículos	0,00	288.478,76
• Doações em dinheiro	0,00	30.000,00
• Doações em imobilizado	0,00	106.835,26
• Restituição de crédito tributário na Receita Federal	0,00	19.709,49
• Recuperação de créditos por alvarás judiciais	259.697,06	558.289,14
• Outros créditos	36.703,90	0,00
TOTAL	**2.299.494,85**	**2.274.668,84**

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS
As despesas operacionais, cujo saldo é de R$ 13.828.394,29, estão diretamente ligadas à manutenção das atividades da Companhia e apresentaram uma redução de 28,91%, considerando o exercício anterior, situação ainda explicada pela enchente de maio de 2024, que elevou significativamente à época dos fatos o valor da rubrica da despesa com serviços e seguros. Outra situação que corroborou para a redução das despesas operacionais foi a normalização das contratações de serviço de limpeza, bem como de locação de máquinas e equipamentos; durante a enchente de maio de 2024, considerando que a operação da CEASA foi temporariamente transferida para o Centro de Distribuição da Farmácias São João, de Gravataí, houve alto dispêndio em locação de máquinas e equipamentos por conta da ausência de determinados itens de infraestrutura. Em 2024 ainda havia dois contratos com escritórios que prestavam serviços jurídicos; após o encerramento dos mesmos, ocorreu uma licitação única, abrangendo todos os serviços que eram prestados individualmente por cada empresa.
Isso gerou uma economia de aproximadamente R$146.000,00 nos últimos 12 meses, ou uma redução de quase 75% nesse subgrupo de despesa. A saída dos últimos 3 funcionários pelo PDV (Programa de Demissão Voluntária) em 2024 também contribuiu para a diminuição significativa dos gastos com folha de pagamento. A propósito disso, visto que não haverá mais saídas de funcionários pelo PDV, não há mais saldo na rubrica de provisão do Programa de Demissão Voluntária, reduzindo em quase um milhão de reais as despesas operacionais, em relação a 2024.
Em contrapartida, as despesas com processos judiciais trabalhistas evidenciaram aumento expressivo em 2025, com pagamentos entre fevereiro e agosto no valor de R$447.162,18; o saldo restante de R$736.001,78 refere-se a processos já encerrados com sentença desfavorável para a companhia, cuja revisão foi realizada pela assessoria jurídica.
Os gastos com pessoal, serviços prestados no complexo, despesas com processos trabalhistas e os movimentos nas contas de provisão representam a maior parcela dos custos.

Despesas Operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com Pessoal	(5.794.559,21)	(6.354.041,69)
Programa Demissão Voluntária	(50.009,70)	(1.092.285,03)
Gastos Gerais e Administrativos	(1.773.568,39)	(1.960.668,68)
Serviços e Seguros	(4.315.738,18)	(9.145.666,77)
Encargos, Impostos e Taxas	(25.380,30)	(11.441,16)
Depreciações e Amortizações	(644.709,15)	(659.798,88)
Financeiras	(139.453,65)	(84.517,96)
Provisões	236.387,11	(702.389,92)
Provisão Programa Demissão Voluntária	0,00	989.922,18
Convênios (Programa Social)	(106.117,79)	(60.751,03)
Processos Judiciais Trabalhistas	(1.183.163,96)	(1.976,80)
Processos Judiciais Cíveis	(31.961,07)	(46.884,75)
Outras Despesas	(120,00)	(321.138,03)
TOTAL	**(13.828.394,29)**	**(19.451.638,52)**

NOTA 16 – RESULTADO
O resultado referente ao ano de 2025 foi superavitário, dado que a Companhia viabilizou a recuperação mínima do complexo para o retorno presencial das atividades, os processos licitatórios para a entrada de novos permissionários também voltaram a acontecer, trazendo novas receitas para a CEASA, e as despesas voltaram a se aproximar dos padrões anteriormente praticados.

	31/12/2025	31/12/2024
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	**5.029.874,20**	**(5.644.337,20)**
(-) Provisão para Imposto de Renda	(899.594,22)	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social	(332.493,92)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.797.786,06**	**(5.644.337,20)**
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,114528736	(0,257995967)

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.

Carlos Siegle de Souza
Presidente
CEASA/RS

Silvana Dalmás
Diretora Administrativo Financeiro
CEASA/RS

Stefan Ludwig
Diretor Técnico Operacional
CEASA/RS

Aurora Duarte Morossino
Contadora CRC/RS 103136/O-4
CEASA/RS

Leonardo Lara de Galisteo
Contador CRC/RS 068030/O-7
APCONT Assessoria Contábil

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e Estatuto Social da Companhia, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório da Administração. Considerando a análise realizada e o acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal durante o Exercício de 2025, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa e estão aptas de serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2026.

Maria Betânia Braun
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Melissa Custodio
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Jairo dos Reis Oliveira
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2025

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento as práticas emanadas do Estatuto Social da Companhia, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório da Administração. Considerando a análise realizada e o acompanhamento efetuado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, durante o Exercício de 2025, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa e, acompanhada do Parecer da Auditoria Externa, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração

Porto Alegre, 16 de março de 2026.

Feres Augusto Frank Uequed
Coordenador do Comite de Auditoria da Ceasa/RS

Flávio Smanioto
Membro do Comitê

Jocimar Rabaioli
Membro do Comitê

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO EM 31.12.2025

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no artigo 142 da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, com base nas Notas Explicativas da Diretoria, do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da CEASA/RS e do Conselho Fiscal aprovam as Demonstrações Contábeis de Encerramento do Exercício de 2025. Sendo assim, as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa e estão aptas a serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2026.

Paulo Roberto da Silva
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Presidente

Rodrigo Ramos Rizzo
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Ronaldo Pinto Gomes
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Fabrício Ludovico Selau
Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS

Sérgio Di Salvo
Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS

Ronaldo Marquezotti
Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos Acionista, Conselheiros e Administradores da **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA/RS**
CNPJ(MF) 92.983.147/0001-67
Av. Fernando Ferrari, nº 1001 – Bairro Anchieta - CEP 92.200-041 - Porto Alegre – RS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA/RS,** ou "**Companhia**", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da **CEASA/RS**, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sem Ressalva: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Relatório da Administração: A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nesse sentido, não temos nada a relatar.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 21 de fevereiro de 2025, com opinião modificada acerca dos saldos de depósito judicial.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CEASA/RS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CEASA/RS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da **CEASA/RS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CEASA/RS.**
✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **CEASA/RS.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CEASA/RS** a não mais se manter em continuidade operacional.
✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 13 de março de 2026.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 0029 - Registro CVM nº12.327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9"S"RS
CNAI nº 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2"RS"
CNAI nº 4747

Jairo Aires de Sant´Ana
Contador - CRC/MT 015226/O-7 "RS"
CNAI 4187

melnick
Muito mais que morar

Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ - 12.181.987/0001-77 Nire - 43.3.0005288.5

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	641	99	5.571	5.140
Títulos e valores mobiliários	5	3.831	238.479	175.166	457.647
Contas a receber	6	1.639	-	754.784	705.111
Imóveis a comercializar	7	1.610	74	798.024	777.411
Demais contas a receber		32.765	31.758	43.208	41.938
		40.486	270.410	1.776.753	1.987.247
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	51.864	54.572	15.776	2.024
Contas a receber	6	-	219	516.491	419.649
Imóveis a comercializar	7	7.427	14.369	179.727	79.279
Adiantamentos para futuros investimentos	20.a	197.827	154.844	12.367	1.310
Partes relacionadas	20.a	92.316	81.943	97	97
Demais contas a receber		25.818	10.255	34.033	15.595
		375.252	316.202	758.491	517.954
Investimentos	8.a	841.782	694.066	189.731	77.658
Direito de uso		1.201	2.293	2.305	3.084
Imobilizado		8.886	6.745	12.166	8.223
Intangível		555	182	1.330	529
		1.227.676	1.019.488	964.023	607.448
TOTAL DO ATIVO		1.268.162	1.289.898	2.740.776	2.594.695

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores		734	699	32.589	43.081
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	161	161	99.695	87.708
Contas a pagar por aquisição de sociedade	8.a	18.320	-	18.385	-
Empréstimos e financiamentos	10	1.289	-	95.459	125.530
Impostos e contribuições a recolher		1.387	1.849	8.377	9.436
Contribuições sociais diferidos		-	-	15.324	13.568
Adiantamentos de clientes	11	288	543	237.745	289.082
Provisão para perdas em sociedades controladas	8.a	23.406	47.383	-	-
Provisões	12	11.947	6.501	83.648	56.629
Partes relacionadas	20.a	26.121	10.448	57.945	18.056
Demais contas a pagar		10.158	5.632	35.424	34.436
		93.811	73.216	684.591	677.526
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos de clientes	11	-	-	134.855	156.039
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	-	-	119.689	103.397
Contas a pagar por aquisição de sociedade	8.a	7.579	-	7.579	-
Provisões	12	4.667	5.118	35.210	27.757
Empréstimos e financiamentos	10	97.817	-	509.018	234.803
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	33.576	27.206
		110.063	5.118	839.927	549.202
Total dos passivos		203.874	78.334	1.524.518	1.226.728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
Capital social atribuído aos acionistas da	14.a	959.029	1.109.029	959.029	1.109.029
Ações restritas e em tesouraria	14.b	(4.121)	(10.941)	(4.121)	(10.941)
Plano de opção de ações	14.c	24.135	22.715	24.135	22.715
Reservas de lucros	14.d.e.	64.925	62.967	64.925	62.967
Dividendos adicionais propostos	14.f	20.320	27.794	20.320	27.794
		1.064.288	1.211.564	1.064.288	1.211.564
Participação dos não controladores		-	-	151.970	156.403
Total do patrimônio líquido		1.064.288	1.211.564	1.216.258	1.367.967
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.268.162	1.289.898	2.740.776	2.594.695

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.060	71.368	184.165	164.449
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(166.983)	(115.855)	(6.614)	(11.385)
Depreciações e amortizações	2.711	3.011	4.318	4.133
Provisão para contingências, líquida	34	(1.018)	11.654	(1.533)
Provisão para garantias, líquida	-	-	4.406	17.272
Provisão para distratos, líquida	-	-	27.087	(6.139)
Provisão para participação nos resultados	7.001	3.818	8.036	4.646
Juros provisionados	(20.682)	(27.702)	(5.143)	(22.573)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Contas a receber	(1.420)	4.942	(173.603)	(105.357)
Imóveis a comercializar	5.406	6.669	(103.509)	67.828
Demais contas a receber	7.514	(11.023)	4.377	(15.791)
Fornecedores	35	(995)	(10.492)	(10.384)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	161	28.279	(19.119)
Adiantamentos de clientes	(255)	(138)	(50.479)	130.790
Demais passivos	7.688	16.304	22.915	(20.606)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(46.892)	(50.458)	(54.603)	176.231
Juros pagos	(7.252)	-	(53.141)	(30.944)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(29.842)	(25.792)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(54.144)	(50.458)	(137.586)	119.495
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	242.495	(56.836)	304.239	(6.208)
Aquisição (baixas) de bens do ativo imobilizado e intangível	(4.133)	(4.425)	(8.282)	(4.755)
Aumento (redução) dos investimentos	(133.424)	78.569	(79.496)	(42.887)
Dividendos recebidos	154.614	108.812	-	-
Aumento (redução) de adiantamento para futuro aumento de capital em sociedades investidas	(42.983)	(52.685)	(11.057)	(636)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	216.569	73.435	205.404	(54.486)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
De terceiros:				
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	97.817	-	440.401	198.550
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(240.248)	(124.789)
	97.817	-	200.153	73.761
De acionistas/partes relacionadas:				
Ingresso (pagamento) de partes relacionadas, líquido	5.300	58.400	39.889	(25.225)
Dividendos pagos	(115.000)	(81.416)	(115.000)	(81.416)
Redução de capital	(150.000)	-	(150.000)	-
Lucros distribuídos e redução de capital a acionistas não controladores	-	-	(42.429)	(28.569)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(161.883)	(23.016)	(67.387)	(61.449)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	542	(39)	431	3.560
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	99	138	5.140	1.580
No final do exercício	641	99	5.571	5.140

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
RECEITA				
Incorporação, revenda de imóveis e serviços	31.312	23.945	1.145.613	1.053.766
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo	(21.131)	(19.923)	(844.895)	(805.517)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(41.581)	(32.053)	(90.608)	(101.403)
	(62.712)	(51.976)	(935.503)	(906.920)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(31.400)	(28.031)	210.110	146.846
RETENÇÕES				
Provisões (reversões)	(34)	1.018	(30.435)	3.947
Depreciações e amortizações	(2.711)	(3.011)	(4.318)	(4.133)
	(2.745)	(1.993)	(34.753)	(186)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(34.145)	(30.024)	175.357	146.660
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	166.983	115.855	6.614	11.385
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	39.828	39.022	95.106	94.455
	206.811	154.877	101.720	105.840
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	172.666	124.853	277.077	252.500
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Salários	(23.362)	(22.212)	(27.632)	(25.383)
Participação dos empregados nos lucros	(14.553)	(20.841)	(15.890)	(22.158)
Benefícios	(4.005)	(3.574)	(4.829)	(4.248)
FGTS	(1.442)	(1.656)	(1.728)	(1.920)
Impostos, taxas e contribuições	(5.392)	(4.382)	(65.300)	(54.379)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(12)	(7)	(62)	(66)
Aluguéis	-	(43)	-	(53)
Despesas financeiras - incluem variações monetárias	(11.840)	(771)	(11.580)	(7.460)
Remuneração de Capitais de Próprios				
Dividendos	(73.787)	(40.005)	(73.787)	(40.005)
Lucros retidos dos exercícios	(38.273)	(31.363)	(38.273)	(31.363)
Participação dos não controladores	-	-	(37.996)	(65.465)
	(172.666)	(124.853)	(277.077)	(252.500)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
OPERAÇÕES					
Receita	15	28.323	21.357	1.117.283	1.028.992
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	16.a	(21.131)	(19.923)	(844.895)	(805.517)
LUCRO BRUTO		7.192	1.434	272.388	223.475
DESPESAS OPERACIONAIS					
Comerciais	16.b	-	-	(71.172)	(65.639)
Gerais e administrativas	16.b	(49.193)	(45.007)	(61.403)	(54.320)
Remuneração da Administração	20.c	(18.986)	(23.083)	(18.986)	(23.083)
Provisões	12.e	(34)	1.018	(30.435)	3.946
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(21.878)	(17.093)	3.695	(18.244)
		(90.091)	(84.165)	(178.301)	(157.340)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(82.899)	(82.731)	94.087	66.135
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS					
Equivalência patrimonial	8	166.983	115.855	6.614	11.385
		166.983	115.855	6.614	11.385
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	17	(11.852)	(778)	(11.642)	(7.526)
Receitas financeiras	17	39.828	39.022	95.106	94.455
		27.976	38.244	83.464	86.929
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		112.060	71.368	184.165	164.449
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	-	-	(29.842)	(25.792)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	-	-	(4.267)	(1.824)
LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS		112.060	71.368	150.056	136.833
LUCRO DOS EXERCÍCIOS ATRIBUÍVEL A					
Acionistas				112.060	71.368
Participação dos não controladores				37.996	65.465
				150.056	136.833
LUCRO POR AÇÃO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DURANTE OS EXERCÍCIOS - R$					
Lucro básico por ação	14.f	0,548	0,351		
Lucro diluído por ação	14.f	0,532	0,340		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS	112.060	71.368	150.056	136.833
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS	112.060	71.368	150.056	136.833
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS ATRIBUÍVEL A				
Acionistas			112.060	71.368
Participação dos não controladores			37.996	65.465
			150.056	136.833

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível aos acionistas da controladora									
			Ações restritas e em tesouraria		Reserva de Lucros						
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Opção de ações	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.109.029	(19.453)	14.812	37.020	22.378	-	41.411	1.205.197	119.507	1.324.704
Ações em tesouraria:											
Apropriação do plano de opção - *Stock options*	14.c	-	-	16.415	-	-	-	-	16.415	-	16.415
Concessão de ações – *Stock Options*	14.c	-	8.512	(8.512)	-	-	-	-	-	-	-
Capital social:											
Aumento de capital	14.a	-	-	-	-	-	-	-	-	3.345	3.345
Destinação de lucros:											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	71.368	-	71.368	65.465	136.833
Constituição de reserva legal		-	-	-	3.569	-	(3.569)	-	-	-	-
Dividendos pagos	14.f	-	-	-	-	-	-	(41.411)	(41.411)	(31.914)	(73.325)
Dividendos intercalares	14.f	-	-	-	-	-	(40.005)	-	(40.005)	-	(40.005)
Dividendos adicionais propostos	14.e	-	-	-	-	-	(27.794)	27.794	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.109.029	(10.941)	22.715	40.589	22.378	-	27.794	1.211.564	156.403	1.367.967
Ações em tesouraria:											
Apropriação do plano de opção - *Stock options*	14.c	-	-	5.664	-	-	-	-	5.664	-	5.664
Concessão de ações – *Stock Options*	14.c	-	6.820	(4.244)	-	(2.576)	-	-	-	-	-
Capital social:											
Aumento de capital	14.a	-	-	-	-	-	-	-	-	4.367	4.367
Redução de capital	14.a	(150.000)	-	-	-	-	-	-	(150.000)	(1.753)	(151.753)
Destinação de lucros:											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	112.060	-	112.060	37.996	150.056
Constituição de reserva legal		-	-	-	5.604	-	(5.604)	-	-	-	-
Apropriação de parcela de lucros	14.e	-	-	-	-	12.350	(12.350)	-	-	-	-
Dividendos pagos	14.f	-	-	-	-	(13.420)	(73.786)	(27.794)	(115.000)	(45.043)	(160.043)
Dividendos adicionais propostos	14.e	-	-	-	-	-	(20.320)	20.320	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		959.029	(4.121)	24.135	46.193	18.732	-	20.320	1.064.288	151.970	1.216.258

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/
b) ri.melnick.com.br/
c) www.gov.br/cvm/
d) www.b3.com.br/

A Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., ("Companhia" ou "Controladora" ou "Grupo" quando em conjunto com as empresas controladas) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Porto Alegre, sendo suas ações comercializadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – Brasil Bolsa Balcão – B3 - sob a sigla MELK3. Tem por atividade preponderante o desenvolvimento da atividade de incorporação imobiliária em empreendimentos residenciais, comerciais e em condomínio de lotes urbanos na região Sul do Brasil, por meio da participação societária em sociedades de propósito específico.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, o qual assevera que um nível elevado de distratos observados no setor não coloca em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC em contratos nos quais se enquadram os principais contratos de venda do Grupo. Nesse sentido, em 18 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, emitiu o Comunicado Técnico 1/2019, objetivando orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esclarecendo o entendimento da CVM constante no referido Ofício Circular. A partir das referidas orientações, o reconhecimento de receita vem sendo realizado de forma consistente na elaboração das demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia em exercícios subsequentes.

Opinião do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

Leandro Melnick – Presidente
Juliano Melnick – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo Costa Ponce – Contador (CRC 1SP291883/O-3)
Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes Ltda. (CRC 2SP011609/O-8)

Síndrome de Down

FOTO: @priscillaborges_

**UM CROMOSSOMO A MAIS.
UM AMOR INCONDICIONAL.**

A Síndrome de Down é uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais no par 21.

21/MARÇO
Dia Internacional da Síndrome de Down

FUNCRIANÇA

DOE parte do seu Imposto de Renda para o Educandário São João Batista e ajude crianças e jovens com deficiências múltiplas!

Pessoa Física 6%

Pessoa Jurídica 1%
Lucro Real

(51) 9894-14981

Educandário São João Batista